Fundado em
15 de junho de 1901

Correio da Manhã

Fundador:
Edmundo Bittencourt

EDIÇÃO SÃO PAULO

São Paulo, Quarta-feira, 11 de Novembro de 2026 | www.correiodamanhasp.com.br | Ano CXXV Nº 25.141 | R$ 5,00

Projeto de anistia a Bolsonaro divide PT e pode derrubar Edinho Silva da presidência do partido

CAPPELLI - PÁGINA 14

Fim do inquérito das fake news gera novo desafio ao Supremo

Decisão do ministro Edson Fachin não pacificou Corte e levará à revisão de 104 procedimentos

PÁGINA 12

Nikolas quer barrar compra de iPhones

Deputado questiona licitação de mais de R$ 6 milhões destinada à compra de celulares pelo Senado; Segundo o parlamentar, contratação prevê aquisição de 425 aparelhos.

CAPPELLI - PÁGINA 14

STF manda SP dar acesso aos contratos da Fórmula 1

A gestão Ricardo Nunes (MDB) terá até 90 dias para fornecer os documentos ao autor do pedido, contados a partir da intimação na fase de cumprimento da sentença.

PÁGINA 4

FERNANDO MOLICA

FIM DO INQUÉRITO É PARA SER COMEÇO

PÁGINA 2

RUDOLFO LAGO

O INCRÍVEL EXÉRCITO DE ANDRÉ JANONES

PÁGINA 2

TARCÍSIO: FLÁVIO "TEM DIREITO" DE DISPUTAR 2030



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Tarcísio deve anunciar novo secretariado nas próximas semanas. "Manter perfil técnico" - disse

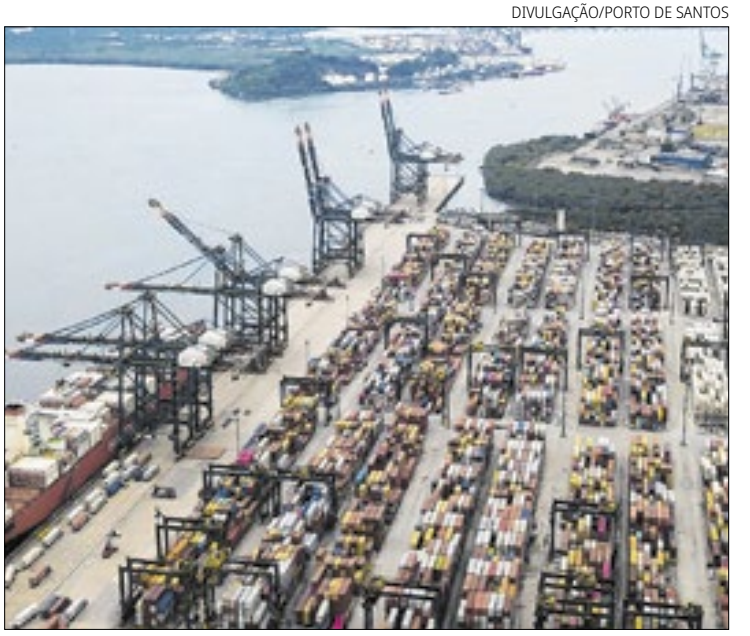
O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou na terça-feira(10), em entrevista a jornalistas, que ainda não é hora de discutir as eleições de 2030 e que a prioridade "é fazer um bom trabalho em São Paulo". Ele também minimizou alguns ataques de bolsonaristas nas redes sociais. "Ataque faz parte, normal.".

PÁGINA 3

Porto de Santos fora do ar após ataque hacker

A Autoridade Portuária de Santos informou que seu site e sistemas online estão indisponíveis. Ainda não há confirmação de acesso indevido a dados. As operações seguem normalmente, enquanto a empresa trabalha para restabelecer serviços.

DIVULGAÇÃO/PORTO DE SANTOS



Operações portuárias foram mantidas e não há risco de paralização

PÁGINA 3

Distrital misto fica sem apoio do centrão

Lideranças do Centrão avisaram o presidente Hugo Mota que não há maioria na Câmara para aprovar a proposta que institui o sistema de votação distrital misto.

PÁGINA 23

Nunes: nova licitação para Wi-Fi grátis na capital

Nova licitação deve substituir o contrato com o Instituto Conhecer Brasil, de 2024, ligado à empresária Karina da Gama, produtora do filme Dark Horse, sobre a vida de Bolsonaro.

PÁGINA 4

Estado tem 12 das 20 rodovias mais bem avaliadas

Todos os trechos receberam classificação Ótimo, nota máxima do levantamento. Dez rodovias estão sob concessão privada e duas são administradas pelo poder público.

PÁGINA 18

RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

O incrível exército de André Janones

A teimosia do octogenário Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em não perceber que a forma de se fazer campanha mudou quase lhe custou a eleição.

Foi preciso a sacudida do primeiro turno, quando terminou atrás de seu principal adversário, Flávio Bolsonaro (PL), para Lula enfim admitir que a mobilização hoje se faz pelas redes sociais. Felizmente para ele, Lula encontrou ao seu lado o deputado André Janones (Rede-MG).

Pode-se até discutir os métodos de Janones, só não se pode negar que ele sabe muito bem como funcionam as redes sociais e conhece os segredos dos seus algorítimos. O crescimento de Lula no mundo digital foi o capítulo inicial do seu crescimento final nas urnas no segundo turno.

Muito provavelmente, o que Janones produziu no segundo turno não será algo episódico, que se desfaz terminada a eleição. Há uma grande possibilidade de a esquerda agora rivalizar pelo menos com a direita no domínio que o grupo até então tinha no mundo digital.

Um estudo do DSC Lab com relação à sessão na qual o Supremo Tribunal Federal (STF) discutiu a proibição das apostas bets parece um sinal de que, sim, o Exército do Lula (ou, na prática, de Janones) veio para ficar.

Depois do momento de comemoração da vitória nas eleições, o relatório coordenado por Tiago Falqueiro mostra que houve uma queda nas interações. Natural, o propósito do canal tinha sido alcançado. Mas, então, Janones resolveu comunicar aos inscritos que eles tinham "uma outra missão": derrubar a possibilidade de o STF retomar as bets a partir da pressão que, principalmente, faziam os clubes de futebol.

No dia 3 de novembro, o canal enviou 32 mensagens pedindo que seus integrantes acompanhassem a audiência no STF, assinassem um abaixo-assinado contra o retorno das bets e subissem hashtags relacionadas ao tema. A pauta circulou 1,9 vezes mais que o esperado para o período. Resultado ou não dessa pressão, o ministro Luiz Fux, relator do caso, suspendeu todas as ações sobre apostas bets até o julgamento final da questão pela Corte.

Num exemplo, às 9h01 do dia da audiência, o canal postou um vídeo de Lula sobre as bets e perguntou aos integrantes se eles estavam com "saudades de uma missão". Foram 172,2 mil reações e 44 mil encaminhamentos. Às 16h27, a hashtag "#comlulanãotembets" subiu ao topo das postagens no X.

"O Exército do Lula segue funcionando como canal de comunicação, engajamento e pressão fora do calendário eleitoral", conclui Tiago Falqueiro. "A audiência responde no nível da campanha, e a mobilização contra as bets mostrou que um tema relevante para esse público devolve ao canal circulação que o fim da eleição tinha cortado", continua. "O desafio agora é a constância: o canal passou quatro dias sem mensagens e o painel marcou 130 mil inscritos a menos, e o levantamento indica que ele circula quando tem uma pauta assim", conclui.

Algo mudou no mundo digital...

FERNANDO MOLICA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

Fim do inquérito é para ser começo

Decidido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, o fim do aparentemente interminável inquérito das fake news precisa ser o início de uma mudança radical em uma corte que se revelou frágil ao precisar de tantas blindagens.

Aberto de maneira inusitada em março de 2019, o inquérito vinha servindo com uma espécie de escudo e porrete para o STF e, em particular, para Alexandre de Moraes. Era brandido pelo ministro diante do que ele avaliasse ser uma ameaça ao tribunal ou à sua pessoa.

Não que as investigações tenham sido inúteis, delas nasceram 1.600 ações penais, inclusive contra responsáveis pela tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023. Mas não dá para manter uma espécie de inquérito prêt-à-porter, um cão de guarda sempre alerta e pronto para morder quem chegasse perto de seus domínios.

Mas os problemas do STF vão muito além do tal inquérito. A sucessão de questionáveis e, mesmo, abusivas decisões tomadas por ministros da corte e do Tribunal Superior Eleitoral durante as eleições mostra que a partidarização contaminou algumas das mais altas instâncias do Judiciário.

É razoável e até desejável que tribunais tenham integrantes progressistas e conservadores, ministros que, de alguma forma, representem linhas de pensamento presentes na sociedade. Mas, depois da Lava Jato, uma politização mais ampla e genérica foi transformada em partidarização.

Depois das pedaladas processuais de Sérgio Moro e de Deltan Dallagnol, da transformação de provas em detalhes, a principal qualidade de um candidato a ministro de tribunal superior passou a ser o compromisso de não mandar seu padrinho para a cadeia: Jair Bolsonaro e Lula, este, em seu terceiro mandato, trataram de exigir isso de seus indicados.

A partidarização chegou ao ponto de atrapalhar investigações óbvias e necessárias, como as que precisam esclarecer suspeitas relacionadas, principalmente, aos ministros Moraes, Kassio Nunes Marques, Dias Toffoli e André Mendonça.

Não dá para aplicar no STF o mesmo critério volta e meia usado pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados para livrar a cara de deputados de direita e esquerda, processos em que uma mão suja a outra. Ministros suspeitos de praticarem tenebrosas transações não podem ser encarregados de julgar cidadãos acusados de corrupção.

O que está em jogo vai muito além da condenação desses ou daqueles ministros, mas a própria credibilidade do STF. A Justiça precisa ser um elemento de pacificação, até por seu poder de definir destinos de pessoas, empresas e instituições, não pode ser maculada por desconfianças de que atua para, principalmente, garantir seus próprios interesses.

EDITORIAL

No Alzheimer, a memória se perde. A dignidade, não

O caso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, aos 95 anos, traz à sociedade brasileira uma reflexão que vai muito além da política: estamos preparados para cuidar, com respeito, responsabilidade e dignidade, das pessoas que vivem com Alzheimer?

A doença de Alzheimer não escolhe classe social, profissão, prestígio ou trajetória. Ela compromete progressivamente a memória, a capacidade de raciocínio e a autonomia, impondo desafios não apenas ao paciente, mas também à família e a todos que participam de sua rotina. Quando atinge alguém que já ocupou o mais alto cargo da República, o assunto ganha visibilidade. Mas é fundamental compreender que milhares de brasileiros enfrentam diariamente essa mesma realidade, longe dos holofotes e, muitas vezes, sem acesso à assistência necessária.

O principal alerta que esse caso nos deixa é que o Alzheimer exige muito mais do que cuidados improvisados ou soluções domésticas. Exige acompanhamento médico especializado, ambiente seguro, tratamento individualizado, apoio psicológico e uma rede de cuidadores preparada. Exige, sobretudo, compreensão.

É preciso lembrar que o diagnóstico não apaga a história de uma pessoa, sua identidade, seus sentimentos ou sua dignidade. Mesmo quando as palavras falham, quando as lembranças desaparecem e a comunicação se torna difícil, permanece um ser humano que merece respeito, afeto e proteção. A pessoa com Alzheimer não pode ser reduzida à doença que enfrenta.

Também é necessário reconhecer o peso que recai sobre os familiares. Cuidar de alguém com demência é uma tarefa contínua, emocionalmente desgastante e, muitas vezes, financeiramente difícil. Por isso, políticas públicas, orientação profissional e suporte às famílias não são privilégios: são necessidades sociais.

O episódio envolvendo FHC deve servir de alerta e oportunidade de conscientização. Não para alimentar especulações sobre sua intimidade, mas para ampliar o debate sobre uma questão que pode alcançar qualquer família.

Uma sociedade verdadeiramente civilizada não se mede apenas pela maneira como trata seus cidadãos enquanto são produtivos, lúcidos e independentes. Mede-se, sobretudo, pela forma como acolhe aqueles que mais precisam de proteção.

No Alzheimer, a memória pode se perder. A dignidade, jamais.

OPINIÃO DO LEITOR

Homenagem especial!

Em 19 anos de carreira na Fórmula 1, Rubinho Barrichello foi vice-campeão mundial em 2002 e 2004 além de conquistar 11 vitórias, 14 poles positions e 68 pódios na modalidade em 323 provas. Ele tem gasolina no sangue e competitivo em vários tipos de pistas. Grande talento.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: marceloperillier@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

RODRIGO ROMEO



Deputado estadual, Léo Siqueira(Novo) questiona licitação no Senado

Deputado do NOVO aciona TCU por celulares de R$ 6 milhões no Senado

O deputado estadual Leo Siqueira (Novo-SP) acionou o Tribunal de Contas da União (TCU) contra uma licitação do Senado Federal estimada em R$ 6,04 milhões para serviços de telefonia móvel e fornecimento de 425 celulares, incluindo 95 iPhones 18 Pro destinados a senadores e diretores. Segundo o parlamentar, o valor representa aumento de 202% em relação ao contrato anterior. A representação também questiona a exigência de aparelhos de última geração e a troca obrigatória a cada dois anos. O contrato prevê duração de quatro anos, com possibilidade de prorrogação por até dez. Siqueira pede que o TCU analise os estudos técnicos e as pesquisas de preços e, caso encontre indícios de irregularidades, suspenda a homologação do pregão e a assinatura do contrato. Em 2025, o deputado também questionou gastos com celulares, sala VIP e veículos de luxo no serviço público.

Porto de Santos fora do ar após ataque hacker

A Autoridade Portuária de Santos (APS) informou que seu site e os sistemas online permanecem indisponíveis após um ataque cibernético. As causas do incidente estão sob investigação, e ainda não há confirmação de acesso indevido a dados. Segundo a administração, as operações no Porto de Santos seguem normalmente, sem risco de paralisação. A APS afirma ter adotado medidas para reduzir possíveis impactos e trabalha para restabelecer os serviços digitais aos usuários o mais rápido possível, ainda sem previsão.

DIVULGAÇÃO/PORTO DE SANTOS



Operações foram mantidas mesmo com sistemas fora do ar

Arsesp autoriza R$ 200 milhões pa Zoológico

A Arsesp autorizou a concessionária do Zoológico e Jardim Botânico de São Paulo a contratar financiamento de até R$ 200 milhões. A decisão, publicada no Diário Oficial desta terça-feira (10), estabelece medidas para impedir que o Estado assuma dívidas ou garantias da operação. A empresa deverá apresentar os contratos assinados e comprovar a aplicação dos recursos em investimentos previstos na concessão. A agência também impôs restrições à movimentação de valores em bancos envolvidos nas garantias, como BTG Pactual e Santander.

Governo aprova 64 ações contra a corrupção

A Secretaria de Gestão e Governo Digital de São Paulo aprovou um plano com 64 ações de prevenção e combate à corrupção até novembro de 2028. As medidas incluem fiscalização de licitações, controle de pagamentos irregulares, combate ao nepotismo e monitoramento de agendamentos suspeitos no Poupatempo. Do total, 16 ações estão previstas para 2026, 41 para 2027 e sete para 2028.

Serviço de armas fora do ar

O deputado federal Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP) apresentou requerimento cobrando explicações da Polícia Federal sobre a indisponibilidade do SINARM-CAC, sistema de registro de armas. O parlamentar questiona se a falha, relatada há cerca de cinco dias, tem relação com ataques cibernéticos ao Gov.br e pede prazo para restabeler o serviço.

Multas do Free Flow

Motoristas de São Paulo têm até 16 de novembro para quitar pedágios atrasados do sistema free flow sem multa. Após o prazo, a falta de pagamento poderá gerar penalidade de R$ 195,23 e cinco pontos na CNH. Os débitos podem ser consultados no aplicativo CNH do Brasil ou no portal Siga Fácil. Multas anteriores também poderão ser canceladas.

2 mil vagas para a PM

A Polícia Militar de São Paulo abriu concurso com 2 mil vagas para aluno-soldado e salário inicial de R$ 5.482,51. As inscrições seguem até 22 de dezembro, pelo site da Vunesp, com taxa de R$ 110. Os candidatos devem ter entre 17 e 30 anos e ensino médio completo. As provas estão previstas para 28 de fevereiro de 2027.

107 vagas na Cetesb

A Cetesb abriu concurso público com 107 vagas em 12 regiões de São Paulo, sendo 84 para nível superior e 23 para nível médio. A Grande São Paulo concentra 72 oportunidades. As inscrições vão de 12 de novembro a 14 de dezembro, pelo site da Fundação Carlos Chagas. As provas estão previstas para 21 de fevereiro de 2027.

PIB Paulista

O Produto Interno Bruto (PIB) de São Paulo cresceu 1,5% no acumulado de 2026, segundo dados divulgados pelo governo estadual. O indicador mede a produção de bens e serviços e mostra o desempenho da economia paulista ao longo do ano. O resultado foi divulgado pela Agência SP, com base em informações sobre a atividade econômica do estado.

Leilão Banco Master

O Banco Master e a Will Financeira, em liquidação extrajudicial, anunciam novo leilão para 23 de novembro, às 9h30. Entre os bens anunciados em leilões das instituições estão móveis, televisores, cadeiras, refrigeradores e equipamentos industriais. A venda será on-line, pela Kwara, com comissão de 5% e despesas adicionais.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Tarcísio deve anunciar novo secretariado nas próximas semanas

Tarcísio sobre disputar 2030: "Não está na hora de pensar nisso"

Governador afirmou que a prioridade é fazer um bom trabalho no Estado

Por **Andre Souza**

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou nesta terça-feira (10) que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) tem o direito de disputar a Presidência da República em 2030, mas considerou prematuro discutir a próxima eleição presidencial. A declaração ocorreu após a inauguração do novo pronto-socorro do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, na capital paulista.

"Não está na hora de pensar em 2030, está muito longe. Está na hora de olhar para o Estado de São Paulo, aproveitar a delegação que a população nos deu, fazer o melhor trabalho, entregar o máximo que a gente puder, viver cada dia", afirmou.

Tarcísio também comentou os ataques recebidos nas redes sociais por parte de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), após reconhecer o resultado das eleições presidenciais de 2026. "Também fui abraçado por muita gente, acho que isso importa. Questão de ataque faz parte, normal. Não estou preocupado com isso, estou preocupado em fazer um bom trabalho aqui em São Paulo", declarou.

Outro assunto abordado foi a disputa pela presidência do Senado Federal entre Tereza Cristina (PP-MS) e Rogério Marinho (PL-RN), dois nomes ligados ao campo da direita. O governador evitou declarar preferência por um dos candidatos e afirmou que ambos têm condições de assumir o comando da Casa. "Os dois são excelentes nomes, vão representar muito bem a direita na presidência do Senado", disse.

Segundo Tarcísio, a definição deverá considerar quem reúne melhores condições de vencer a eleição. Ele afirmou que os dois parlamentares contam com seu apoio e que a escolha poderá ser discutida mais adiante.

MUDANÇAS NO SECRETARIADO

Durante a entrevista, Tarcísio abordou a composição do secretariado para seu segundo mandato. O governador agradeceu ao secretário estadual da Saúde, Eleuses Paiva, indicado pelo PSD, partido de Gilberto Kassab, e que deve deixar a administração paulista.

Sem detalhar os nomes que poderão integrar a próxima equipe, Tarcísio afirmou que pretende manter o critério técnico na escolha dos integrantes do governo.

"Meu compromisso é montar um time técnico, como a gente fez no primeiro mandato, a gente vai fazer no segundo mandato", concluiu.

CORREIO PAULISTANO

POR **RAFAEL CHINAGLIA**

PREFEITURA DE SÃO PAULO



A prefeitura quer manter o serviço gratuito na cidade

Ricardo Nunes anuncia nova licitação para Wi-Fi grátis em SP

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) afirmou nesta terça-feira (10) que a Prefeitura fará uma nova licitação para manter o serviço de Wi-Fi gratuito na cidade. Segundo Nunes, todos os 3,2 mil pontos de acesso já instalados ficarão temporariamente fora do ar até que uma nova empresa assuma a operação. O anúncio ocorreu após a Prefeitura rescindir unilateralmente o contrato com o Instituto Conhecer Brasil. O acordo, firmado em junho de 2024, previa R$ 108 milhões por ano para instalar e manter 5 mil pontos de conexão gratuita. A entidade é ligada à empresária Karina da Gama, produtora de Dark Horse, filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Os repasses ao instituto já estavam suspensos por decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal. A investigação apura suspeitas de irregularidades no uso de recursos públicos e uma possível ligação com a produção do filme.

Parques de SP recebem Virada Inclusiva 2026

Parques da Semil terão programação gratuita na Virada Inclusiva 2026, de 28 de novembro a 6 de dezembro, em cinco espaços da capital e da Região Metropolitana. As atividades incluem oficinas, caminhadas e experiências sensoriais, ambientais, para pessoas com e sem deficiência. Na capital, participam os parques Ecológico do Tietê, Vila Jacuí, do Belém e da Juventude. Em Embu-Guaçu, o Parque Ecológico da Várzea receberá atividades. A iniciativa integra a agenda, com 600 atividades em 80 municípios.

FOTO: GOVERNO DE SP



Parque Ecológico do Tiête, na Zona Leste da cidade de SP

PAT e Trampolim abrem 2,8 mil vagas em São Paulo

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico paulista reúne 2,8 mil vagas temporárias nos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) e na plataforma Trampolim. As oportunidades atendem à demanda de fim de ano nos setores de indústria, serviços e comércio. Nos PATs, há vagas para auxiliar de logística, alimentador de linha de produção, armazenista e operador de empilhadeira. A iniciativa oferece intermediação gratuita entre empresas e candidatos que ingressam ou retornam ao mercado de trabalho em 2026.

Imóvel no Bom Retiro é alvo de ordem judicial

Uma ordem de reintegração de posse foi cumprida no dia 4 em imóvel na Rua José Paulino, no Bom Retiro, ocupado desde maio de 2023. A PM retirou cerca de 18 famílias, e a assistência social do município foi acionada. A Justiça havia concedido a liminar em agosto de 2023. Em junho deste ano, a vereadora Cris Monteiro (NOVO) enviou ofício ao Ministério Público de São Paulo pedindo prioridade ao caso.

GCM: Polícia Municipal

A Comissão de Segurança Pública da Câmara de São Paulo aprovou pedido de informações sobre a transição da Guarda Civil Metropolitana (GCM) para Polícia Municipal. Em outra iniciativa sobre o tema, a Câmara analisa o Projeto de Resolução, apresentado em 4 de novembro, que propõe criar uma frente parlamentar sobre o tema.

Virada Inclusiva 2026

A Virada Inclusiva 2026 será realizada de 28 de novembro a 6 de dezembro, com mais de 600 atrações em 80 municípios de SP. A programação reúne atividades culturais e esportivas para pessoas com e sem deficiência. A abertura será no dia 28, no Memorial da América Latina, com shows e serviços de empregos. Todos os eventos são gratuitos.

FHC: vídeo repudiado

Vereadores de SP repudiaram a gravação feita dentro do apartamento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em Higienópolis, na região central da capital. O influenciador Wesley Oliveira publicou no TikTok imagens do imóvel e de FHC. A Polícia Civil abriu um inquérito sobre o caso após a mulher do ex-presidente registrar queixa.

Vereadores e hotelaria

Vereadores de São Paulo e representantes da hotelaria discutiram nesta terça-feira (10) incentivos fiscais e ambientais e questões ligadas à mão de obra do setor. A Comissão de Turismo da Câmara realizou a reunião na sede do SindHotéis-SP, no centro da capital. A pauta incluiu fiscalização e as regras para hospedagem por temporada.

AMPPESP Fomenta 2026

A Prodesp apresentará ferramentas de digitalização de processos e serviços públicos no AMPPESP Fomenta 2026, até quinta (12), em Águas de São Pedro. As soluções incluem tramitação eletrônica de documentos, serviços pela internet e simplificação de licenciamentos. O encontro debate a inovação nas administrações paulistas.

Bom Prato se expande

O Bom Prato passou a servir almoços a R$ 1 em Nova Odessa, Paulínia e Monte Mor nesta terça-feira (10). Cada cidade terá 300 refeições por dia, preparadas na unidade de Sumaré e transportadas em veículos com caixas térmicas. A expansão do programa prevê investimento de R$ 462 mil e também inclui Elias Fausto em uma próxima etapa.

GETTY IMAGES / RED BULL CONTENT POOL



Decisão também abrange os processos administrativos dos acordos

STF manda SP dar acesso aos contratos da Fórmula 1

Prefeitura terá 90 dias após intimação para entregar cópia dos acordos

Da **Redação**

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a ordem para que a Prefeitura de São Paulo entregue a íntegra de dois contratos ligados ao Grande Prêmio de Fórmula 1 em Interlagos. A decisão também abrange os processos administrativos dos acordos. O caso transitou em julgado em outubro e não cabe mais recurso.

A gestão Ricardo Nunes (MDB) terá até 90 dias para fornecer os documentos ao autor do pedido, contados a partir da intimação na fase de cumprimento da sentença. Nesta terça-feira (10), a Prefeitura informou que ainda não havia sido intimada. A entrega permitirá conhecer os compromissos financeiros assumidos pelo município para sediar a corrida.

O caso começou em janeiro de 2021, quando um advogado solicitou os documentos com base na Lei de Acesso à Informação. O pedido abrangia os acordos com a Formula One World Championship Limited e a MC Brazil Motorsport Holdings, além dos respectivos processos eletrônicos. Após a negativa da Prefeitura de São Paulo, o advogado recorreu à Justiça.

Em julho daquele ano, a 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo determinou que o município fornecesse as informações. A Prefeitura contestou a ordem no Tribunal de Justiça de São Paulo, e a disputa passou pelo Superior Tribunal de Justiça antes de chegar ao Supremo.

Ao defender o sigilo, a administração municipal alegou que a Formula One World Championship Limited exigiu uma cláusula de confidencialidade. A gestão sustentou que a entrega dos documentos poderia levar à rescisão do acordo que mantém a etapa brasileira da categoria na capital paulista.

Os ministros da 1ª Turma seguiram por unanimidade o voto do relator, Flávio Dino. Para o colegiado, uma condição de confidencialidade imposta por uma empresa privada não afasta o dever da administração pública de dar transparência à gestão dos recursos públicos. Com esse entendimento, a Turma rejeitou o recurso do município e preservou a ordem de acesso.

O contrato original foi firmado em 2021 e recebeu um aditivo em 2023. Neste mês, a Prefeitura anunciou nova prorrogação do vínculo, que prevê a realização anual do Grande Prêmio de São Paulo em Interlagos até 2035.

CORREIO DE CAMPINAS

POR **RAQUEL VALLI**



Alterações serão votadas em primeira discussão na quarta (11)

Câmara vota alterações nas regras do ITBI, taxa de lixo e multas

A Câmara Municipal vota nesta quarta-feira (11), em primeira análise, três projetos de lei complementar encaminhados pelo Poder Executivo que promovem alterações diretas no sistema tributário municipal. A primeira proposta estabelece um teto de 187,47 metros para a medição da testada de terrenos não edificados na apuração da taxa de coleta de lixo. De acordo com o documento, o objetivo é corrigir distorções no cálculo de áreas extensas. O segundo texto consolida as regras do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), estipulando alíquota de 2,7% sobre o valor praticado no mercado e instituindo o sistema de apuração por homologação, onde o próprio cidadão declara a transação mediante fiscalização posterior. A matéria também insere isenções fiscais relativas a programas de habitação popular.

Cobrança de dívidas

O terceiro projeto da pauta padroniza a incidência de encargos financeiros sobre tributos e obrigações municipais em atraso. Pela nova norma, a multa imposta por inadimplência fica estipulada em 0,33% ao dia, observando o limite máximo de 20% do débito original. A cobrança de juros moratórios passa a acompanhar a variação da taxa Selic, com acréscimo de 1% no mês em que for efetuada a quitação ou a formalização do parcelamento da dívida.

Pedra fundamental do Hospital Metropolitano

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), realiza na próxima quinta-feira (12) a cerimónia oficial de lançamento da pedra fundamental do Hospital Estadual de Campinas, popularmente conhecido como Hospital Metropolitano. O evento contará com a presença do secretário estadual da Saúde, Eleuses Paiva. A solenidade está marcada para as 10h, na Avenida Prefeito Faria Lima, número 680, no Parque Itália, no terreno que foi cedido pela prefeitura para o empreendimento hospitalar.

PAULO GUERETA/GOVERNO DO ESTADO SP



Lançamento será realizado pelo governador de São Paulo

Terreno

O Executivo repassou formalmente a área de 34,8 mil metros quadrados ao património estadual, sem incidência de custos ou pendências financeiras. A gestão do imóvel fica sob responsabilidade direta da pasta da Saúde para o desenvolvimento da infraestrutura de assistência pública. O montante projetado para as intervenções físicas gira em torno de R$ 400 milhões.

PINGA-FOGO

Nada de novo sob o sol

A Câmara Municipal segue expandindo o catálogo de homenagens, com novas propostas de honrarias e concessões a pessoas e instituições de diferentes áreas. A quantidade de títulos, medalhas e diplomas em circulação levanta questionamentos sobre a banalização das distinções concedidas pelo Poder Legislativo.

Festa da melancia

Nesta quarta-feira (11), a Comissão Especial de Honraria analisa 31 projetos = entre os quais duas propostas de criação de novos diplomas. As iniciativas são de autoria do vereador Roberto Alves (Republicanos), entre outros parlamentares. Uma delas cria o Diploma de Mérito Pequenos Talentos, Grandes Exemplos "Amanda Goubetti".

Das inutilidades

A outra institui o Diploma de Mérito Destaque Profissional. Ambas alteram a Resolução nº 1.017, de 28 de agosto de 2024, que estabelece as regras para a concessão de homenagens pela Casa. A relação de propostas inclui reconhecimentos nos campos da arquitetura, cultura, direito, ciência, tecnologia e atividade empresarial.

Revirando no túmulo

Inclui, ainda, área como esporte, beleza, odontologia, gastronomia e educação. As distinções levam nomes de personalidades como Antonio da Costa Santos (o Toninho, do PT, ex-prefeito de Campinas, que foi assassinado em 2001), o compositor Noel Rosa, o empresário José Bonifácio Coutinho Nogueira e o escritor Darcy Ribeiro.

Arroz de festa

A pauta da reunião contempla ainda as medalhas Arautos da Paz, Sagrada Família, Carlos Gomes e Exemplo Digno "General Nelson Santini Júnior". Com 31 matérias submetidas à análise em uma única reunião (31 matérias), a comissão terá uma relação no mínimo frívola de homenagens para apreciar.

Pastel de feira

A multiplicação de categorias e indicações reforça a discussão sobre os critérios adotados para distinguir trajetórias e contribuições relevantes à sociedade, diante do risco de esvaziamento do significado dessas condecorações. A reunião está marcada para as 17h, no Plenarinho da Câmara, com acesso aberto ao público.

PONTE NEWS



Presidente da Associação Atlética Ponte Preta, Luiz Antônio Alves Torrano

Juízas se recusam a julgar ações de presidente da Ponte Preta

Declararam-se suspeitas para julgar duas ações movidas contra conselheiros

Por **Raquel Valli**

Cinco magistradas da Justiça de Campinas se declararam suspeitas para julgar duas ações movidas pelo presidente da Ponte Preta, Luiz Antônio Alves Torrano, contra conselheiros do clube que fizeram críticas públicas à administração dele. Alegaram motivos de foro íntimo, sem apresentar detalhes sobre as razões das decisões. Um juiz se declara suspeito quando há motivos que colocam em dúvida a imparcialidade para julgar o caso de forma justa. A legislação brasileira prevê essa regra para garantir o princípio constitucional do juiz natural e imparcial, prevendo a possibilidade de o magistrado alegar motivos com "amizade íntima ou inimizade capital", "relações financeiras ou de interesse" e "de foro íntimo." O primeiro caso tramita no Juizado Especial Cível de Campinas. A ação passou por três magistradas, mas nenhuma aceitou conduzi-la. Fernanda Franco Bueno Cáceres, da 3ª Vara, foi a primeira a se declarar suspeita. Depois, o processo foi encaminhado a Vanessa Miranda Tavares de Lima, da 7ª Vara, que também recusou o julgamento. O mesmo ocorreu com Maria Raquel Campos Pinto Tilkian Neves, da 6ª Vara. Torrano pede R$ 20 mil por danos morais a um conselheiro que, durante uma discussão sobre a possível criação de uma Sociedade Anônima do Futebol (SAF) pela Ponte Preta, publicou nas redes sociais uma manifestação em que orientava outras pessoas a não votarem com "estes safados". O presidente considerou a declaração ofensiva e direcionada a ele. Após as três recusas, o processo foi encaminhado a uma quarta magistrada, titular da 2ª Vara de Cosmópolis, que deverá analisar o caso. Outro processo semelhante também passou por duas juízas. Thais Migliorança Munhoz, da 1ª Vara do Juizado Especial Cível de Campinas, declarou-se suspeita. Na sequência, Renata Oliva Bernardes de Souza também recusou o julgamento, pelo mesmo motivo.

A situação é diferente nos processos em que Torrano aparece como réu. Até o momento, não houve declarações de suspeição nesses casos. Em uma ação que tramitou na 5ª Vara de Campinas, por exemplo, um pedido de afastamento do presidente do comando da Ponte Preta foi julgado improcedente. Na ocasião, Torrano também mencionou a condição de magistrado aposentado na própria defesa.

O **Correio da Manhã** entrou em contato com o clube e aguarda o posicionamento.

Hossri nega retratação por post de idosos; Guida e Romão repudiam fala em sessão

Entidades cobram posicionamento oficial da Casa e a retratação pública do parlamentar após publicação

Por **Moara Semeghini**

ÁLVARO JR./CÂMARA DE CAMPINAS



Os vereadores Guida Calixto (PT), Wagner Romão (PT) e Nelson Hossri (PSD): : conflito por post com idosos

A controvérsia em torno da publicação do vereador Nelson Hossri (PSD) ironizando o comparecimento de eleitores idosos às urnas ganhou contornos formais e forte debate político no plenário da Câmara Municipal de Campinas na noite desta segunda-feira (9). A sessão registrou a entrega de um protocolo assinado pela Associação dos Idosos de Campinas e pelo Coletivo de Aposentados, Pensionistas e Pessoas Idosas da CUT, que protocolaram ofícios formais à Mesa Diretora e às comissões da Casa cobrando retratação e providências contra Hossri.

Os documentos foram direcionados à Presidência da Câmara, à Comissão de Direitos Humanos e à Comissão de Políticas Públicas para o Idoso. A iniciativa levada ao Plenário gerou um forte embate entre parlamentares e a recusa categórica do vereador em pedir desculpas. A mobilização contou com a presença, na galeria, de Juarez Bispo Mateus, presidente da Associação dos Idosos de Campinas e coordenador do coletivo da CUT.

OPOSIÇÃO

Ao abrir o Pequeno Expediente, a vereadora Guida Calixto (PT) conectou a mobilização local ao pronunciamento nacional do presidente Lula. "O presidente destacou o quanto a juventude liderou esse processo e também, ao mesmo tempo, os idosos, que fizeram todos os esforços possíveis para superar suas dificuldades físicas e de acessibilidade para poder votar e salvar a democracia no nosso país", afirmou. Esses mesmos idosos hoje estão sendo intimidados, desqualificados e desrespeitados, inclusive por uma autoridade desta Casa", apontou.

O vereador Wagner Romão (PT) também subiu à tribuna para reforçar o apoio ao manifesto. "As pessoas idosas do nosso país deram um verdadeiro show de cidadania nessas eleições. Foram votar na defesa da democracia para exercer um direito de cidadania", declarou Romão.

HOSSRI

O vereador Nelson Hossri (PSD) rebateu veementemente as acusações de etarismo e recusou-se categoricamente a retratar-se. Hossri argumentou que seu objetivo com a publicação foi alertar para o risco de manipulação de eleitores vulneráveis. "Eu não vou me intimidar aqui diante de acusações infundadas, muito menos pedir desculpa por algo que eu não fiz", declarou. Hossri citou o caso de "tio Paulo".

"Causou estranheza à esquerda não se manifestar lembrando do caso do 'Tio Paulo', que foi levado a uma agência bancária para sacar R$ 17 mil quando já estava morto. Quem garante que não tenha nenhum idoso indo votar contra a própria vontade? Se apoiadores do PT, do presidente Lula ou de qualquer outro partido estiverem se aproveitando de pessoas vulneráveis para conseguir votos, isso precisa ser investigado", afirmou.

O parlamentar sustentou que questionar tais situações é um dever democrático e negou qualquer tipo de preconceito contra a terceira idade. "Estão tentando transformar uma preocupação legítima com a liberdade do voto em uma acusação de preconceito contra os idosos. Mas o assunto é outro: é garantir que cada pessoa possa votar livremente sem pressão ou interferência de terceiros. Ser idoso não significa ser incapaz, mas quando existem sinais de que alguém não consegue manifestar sua escolha, é justo perguntar se essa pessoa está votando por vontade própria", completou Hossri, desafiando a oposição a prosseguir com representações jurídicas.

Com a entrega do protocolo oficial na Câmara e a recusa formal de retratação em plenário, as entidades representativas informaram que aguardam as manifestações da Presidência da Casa e das comissões permanentes (Direitos Humanos e Políticas Públicas para o Idoso), enquanto a assessoria jurídica estuda o ingresso de ações judiciais contra o parlamentar.

Terceirizados protestam por atraso; Prefeitura confirma pagamento

Por **Moara Semeghini**

FERNANDA SUNEGA/PREFEITURA DE CAMPINAS



Funcionários fazem serviços de manutenção, limpeza e conservação

Funcionários da Litucera, empresa terceirizada responsável pelos serviços de manutenção, limpeza e conservação de praças e jardins de Campinas, realizaram uma manifestação na manhã desta segunda-feira (9). Os trabalhadores caminharam pelas ruas do centro até a frente do Palácio dos Jequitibás, sede da Prefeitura de Campinas, para cobrar os salários referentes ao mês de novembro.

Durante o ato, a categoria manifestou preocupação com o atraso nos vencimentos e pediu a intervenção da administração municipal junto à prestadora de serviços.

A vereadora Mariana Conti (PSOL) criticou a gestão municipal pelo atraso nos salários, classificando o modelo de terceirização como prejudicial aos direitos e cobrando providências para evitar novos atrasos. "Todo meu apoio à mobilização dos trabalhadores terceirizados!", afirmou.

Em nota enviada à reportagem, a Prefeitura de Campinas informou que o repasse financeiro à empresa foi efetuado na manhã desta segunda-feira (9) e que os salários dos funcionários já foram regularizados, conforme posição repassada pela própria Litucera.

MPT em Campinas faz TAC de R$ 80 mil por assédio político

Da **Redação**

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Campinas celebrou, nesta terça-feira (10), um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com uma clínica médica de Mogi Guaçu para combater o assédio eleitoral no ambiente de trabalho. O inquérito foi instaurado após a circulação de publicações em redes sociais nas quais o sócio da empresa incentivava outros empregadores a verificar os perfis de seus funcionários e a demitir aqueles que tivessem preferência política contrária à sua.

No TAC, o sócio proprietário assumiu a obrigação de não estimular, incitar ou solicitar que outros empresários discriminem ou dispensem trabalhadores em razão de convicções políticas e de voto. Ele deverá remover mensagens discriminatórias de suas redes sociais e não pode cometer perseguições ou monitoramentos contra os empregados.

O compromisso prevê a divulgação de retratação formal em até duas horas a contar da assinatura. O texto deverá permanecer fixado por 30 dias no topo do perfil do sócio, reconhecendo que a escolha eleitoral é livre de retaliações no ambiente de trabalho. Ficou estipulado o pagamento de R$ 80 mil por dano moral coletivo com destinação voltada a projetos sociais e fundos públicos. Em caso de descumprimento, a empresa estará sujeita a multa de R$ 50 mil por cláusula violada. Para eventuais postagens que contrariem o TAC, a multa é de R$ 10 mil por publicação, além de R$ 1 mil diários enquanto a mensagem for mantida ativa na internet.

CORREIO GRANDE CAMPINAS

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA DE ITATIBA



Novas vias incluem pontes e melhorias na drenagem do Ribeirão Jacaré

Itatiba entrega a primeira etapa das Marginais após dois anos de obras

Itatiba entregou a primeira etapa das Avenidas Marginais, com mais de 3 km de novas vias, duas pontes e melhorias na drenagem do Ribeirão Jacaré. Após dois anos de obras e investimento de cerca de R$ 30 milhões, os trechos já estão liberados ao trânsito. A intervenção inclui abertura e conexão de vias, rotatórias, alargamentos e 1,9 km de muro de pedra, para melhorar a mobilidade e reduzir alagamentos na região central. A inauguração ocorreu no sábado (7), durante as comemorações dos 169 anos do município. A segunda fase prevê instalação de proteções, ciclovia e plantio de árvores, entre a ponte da Prefeitura e a saída para a rodovia Itatiba-Jundiaí. A cerimônia também homenageou nove itatibenses, cujos nomes foram atribuídos a avenidas e à Praça Luiza Masiero Penteado. A praça integra o entorno do prédio histórico, que foi restaurado e preservado.

Laboratórios de drogas são fechados na RMC

Dois imóveis usados para produzir derivados de maconha foram localizados em Sumaré e Nova Odessa durante operação da FICCO/Campinas e da Polícia Militar. Três pessoas foram presas em flagrante. Foram apreendidos 3,8 kg de maconha, equipamentos de extração, estufas, cilindros de fluido refrigerante e dispositivos eletrônicos. Os locais produziam Dry e Ice, concentrados obtidos pela separação da resina da cannabis e que apresentam maior concentração de substâncias psicoativas.Também havia carteira de criptoativos.

DIVULGAÇÃO / POLÍCIA FEDERAL



Três pessoas foram presas em flagrante por tráfico de drogas

Hortolândia entrega cestas a 205 famílias

Hortolândia entregou 205 cestas básicas a famílias vulneráveis inscritas no CadÚnico. Os alimentos, doados pelo Fundo Social de São Paulo foram distribuídos nesta segunda-feira (9), no assentamento do Jardim Adelaide. A ação foi realizada por agentes do Fundo Social do município. Até 5 de dezembro, a cidade já promove campanhas para arrecadar alimentos não perecíveis e brinquedos novos ou seminovos em bom estado, destinados a famílias vulneráveis. As doações podem ser feitas em mais de 20 pontos de coleta locais na cidade.

14ª Mostra de Ciências e Tecnologia 3M Sumaré

A 14ª Mostra de Ciências e Tecnologia Instituto 3M divulgou os 133 projetos finalistas, desenvolvidos por estudantes das regiões metropolitanas de Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto. O evento será realizado nos dias 18 e 19 de novembro, no Clube da 3M, em Sumaré. Os selecionados devem confirmar participação até 12 de novembro. A lista completa e as orientações estão disponíveis no site oficial da Mostra.

Selo de Excelência

A Escola do Legislativo de Valinhos recebeu o Selo de Excelência APELSP 2026, durante encontro estadual realizado em Barretos. A certificação reconhece instituições que promovem formação política, cidadã e profissional. A escola oferece cursos, palestras e atividades gratuitas para servidores e população, ampliando o acesso ao conhecimento.

Implante contraceptivo

Sumaré ampliou a oferta do implante contraceptivo Implanon nas Unidades de Saúde da Família (USFs), antes disponível apenas no Centro Integrado da Mulher. Desde março, foram realizadas cerca de 350 inserções na rede municipal, ampliando o acesso ao planejamento reprodutivo.Profissionais também passaram por capacitação.

Moderniza captação

Jaguariúna avança na modernização do sistema de captação de água bruta, que já alcançou quase 30% de execução. As obras incluem melhorias na infraestrutura elétrica, instalação de geradores e novos equipamentos para ampliar a capacidade de vazão, garantir maior segurança operacional e reduzir riscos de desabastecimento de água.

Sessão de autógrafos

Morungaba recebe, na sexta-feira (13), o lançamento do livro "Manual de Lamúrias (anotações para uma novela)", do escritor Aercio Consolin. O evento gratuito será às 19h30, no Teatro Municipal Fioravante Frare, com apresentação da obra pelo autor, participação do crítico literário Edmar Monteiro Filho e sessão de autógrafos.

Política municipal

Santa Bárbara d'Oeste: a vereadora Esther Moraes propôs criar a Política Municipal Família Preparada, com ações de orientação e capacitação para emergências climáticas. Também pediu à Prefeitura informações sobre os danos causados pela tempestade de sábado (7), incluindo quedas de árvores, atendimentos e ações preventivas locais no município.

Lei Orçamentária Anual

Santo Antônio de Posse estima orçamento de R$ 237,1 milhões para 2027. A proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) foi apresentada em audiência pública na Câmara Municipal. Educação terá a maior previsão de recursos, com R$ 75,78 milhões, seguida pela Saúde, com R$ 47,2 milhões. O projeto ainda será votado pelos vereadores.

DIVULGAÇÃO / TCE SP



Fiscalização verificou condições de segurança e conservação das instalações

TCE fiscaliza DDMs na Região Metropolitano de Campinas

Vistorias identificaram problemas estruturais em unidades da RMC

Da **Redação**

Uma fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, realizada em 9 de novembro, identificou problemas estruturais em unidades de atendimento a mulheres vítimas de violência em Campinas e Valinhos. Na região, os apontamentos envolveram o Núcleo de Perícias Médico-Legais de Campinas e a Delegacia de Defesa da Mulher de Valinhos.

Em Campinas, os auditores encontraram mobiliário quebrado ou inadequado e problemas de iluminação em uma das salas, onde havia uma lâmpada queimada. Durante a visita, a unidade estava fechada, e um policial precisou abrir o portão para permitir a entrada do fiscal. O registro também informa que os exames de corpo de delito são realizados no local das 14h às 17h.

Já em Valinhos, a fiscalização identificou sinais de infiltração e trincas em paredes, além de ar-condicionado sem funcionamento. A vistoria também apontou problemas relacionados à segurança contra incêndios: o único extintor da unidade estava no chão e com a carga vencida. A delegacia ainda não possui Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

Outro problema registrado foi a falta de um espaço destinado ao armazenamento de materiais de expediente. Por isso, os itens ficam guardados em armários instalados no corredor da unidade.

As inspeções integram uma ação estadual do TCE-SP para avaliar as condições de atendimento às mulheres vítimas de violência. A operação foi realizada de surpresa, com a mobilização de 271 servidores, que visitaram 228 unidades em 140 municípios paulistas.

O levantamento estadual identificou cinco frentes críticas na rede de atendimento, incluindo limitações de funcionamento das Delegacias de Defesa da Mulher, falta de estrutura em unidades periciais e deficiências nos serviços de assistência hospitalar e psicossocial.

Segundo o Tribunal, os responsáveis pelas unidades fiscalizadas serão notificados pelos respectivos conselheiros relatores para conhecimento das constatações e adoção de providências. Os prazos para as medidas serão definidos posteriormente, não havendo previsão estabelecida até o momento.

O balanço divulgado pelo órgão reúne os resultados estaduais, sem previsão de publicação de relatórios individualizados para os municípios.

CORREIO DAS REGIÕES

SABESP ITAPEVA



Crise da água em Itapeva

Itapeva limpa reservatórios após contaminação da água

Itapeva (SP) decretou estado de calamidade pública após um surto de gastroenterite atingir mais de 2,6 mil moradores. Exames do Instituto Adolfo Lutz confirmaram a presença do protozoário Cryptosporidium spp. e da bactéria Escherichia coli na água da rede de abastecimento municipal. Em resposta à crise sanitária, a Sabesp iniciou o processo de limpeza e desinfecção de 21 reservatórios de água da cidade. O procedimento, realizado no período noturno para reduzir transtornos aos moradores, causa desabastecimento temporário em diversos bairros da região afetada. Para conter os transtornos, a empresa suspendeu a cobrança das faturas de água e esgoto no período e distribuiu água mineral e hipoclorito de sódio à população. A Secretaria de Saúde orienta o reforço na hidratação e higiene das mãos, além da busca por ajuda médica nos casos de sintomas mais graves.

Onze pessoas são socorridas após acidente

Um micro-ônibus escolar tombou em uma estrada rural de Taquarivaí (SP) na última terça-feira (10), o veículo estava transportando 11 pessoas entre crianças, adolescentes e o motorista. Apesar do susto, nenhum ocupante sofreu ferimentos graves. Todos foram levados ao Pronto Atendimento municipal para avaliação médica e liberados em seguida. A Polícia Militar registrou a ocorrência. Conforme a polícia informou que as causas do acidente são investigadas pelas autoridades competentes e órgãos de trânsito.

PREFEITURA DE TAQUARIVAÍ



Micro-ônibus escolar tomba em Taquarivaí

Parque Tecnológico é destaque nacional

O Parque Tecnológico de Sorocaba (SP) foi reconhecido como Referência Nacional no Prêmio Brasil Digital Ozires Silva 2025/2026. O destaque ocorreu por meio do programa Hubiz Conexões, classificado como “Experiência de Sucesso” na 22ª edição da premiação promovida pelo Instituto Brasil Digital. A cerimônia oficial aconteceu na capital paulista, reunindo autoridades estaduais e líderes empresariais. A iniciativa do PTS foi premiada por seu papel de proximação entre empresas, startups e universidades fomentando a inovação.

Proibição de apologia à torturadores

A vereadora Iara Bernardi (PT) apresentou na Câmara de Sorocaba um projeto de resolução para alterar o Código de Ética e Decoro Parlamentar. A proposta proíbe a apologia à tortura, a torturadores e a regimes ditatoriais por parlamentares, inclusive em redes sociais. Segundo a vereadora, o objetivo é coibir a banalização de graves violações aos direitos humanos e preservar os valores democráticos na política.

Réu vai a juri

Ex-padrasto acusado de matar a influenciadora Carol Pascuin, em novembro de 2021, vai a julgamento pelo Tribunal do Júri em Sorocaba. A jovem de 24 anos foi encontrada morta com tiro na cabeça em seu apartamento no Jardim Wanel Ville. O crime gerou grande comoção e a família aguarda por justiça após quase cinco anos de espera.

Golpe de R$ 8 mil

Casal de aposentados caiu em golpe em caixa eletrônico no bairro Retiro, em Jundiaí (SP), e perdeu R$ 8 mil. Abordados por um homem sob pretexto de encerrar sessão no terminal, foram induzidos a redigitar CPF e senha. Criminosos realizaram compras com o cartão da dupla. A Polícia Civil investiga o estelionato registrado nesta terça-feira.

Desvio bancário

Uma aposentada de 76 anos registrou BO em Itatiba (SP) após descobrir desvios de R$ 22,3 mil em sua conta bancária no Bradesco. A vítima constatou duas transferências via Pix que somavam R$ 18,3 mil e um empréstimo não autorizado de R$ 4 mil. O caso foi registrado como estelionato contra idoso e é investigado pela Polícia Civil.

Atacarejo condenado

Uma rede de atacarejo foi condenada pela Justiça do Trabalho a pagar R$ 50 mil por danos morais coletivos após denúncias de assédio e restrição ao uso de banheiros por funcionários em Piracicaba. Funcionários relataram cobranças excessivas, humilhações e pressões abusivas. A decisão proíbe a empresa de adotar tais práticas vexatórias.

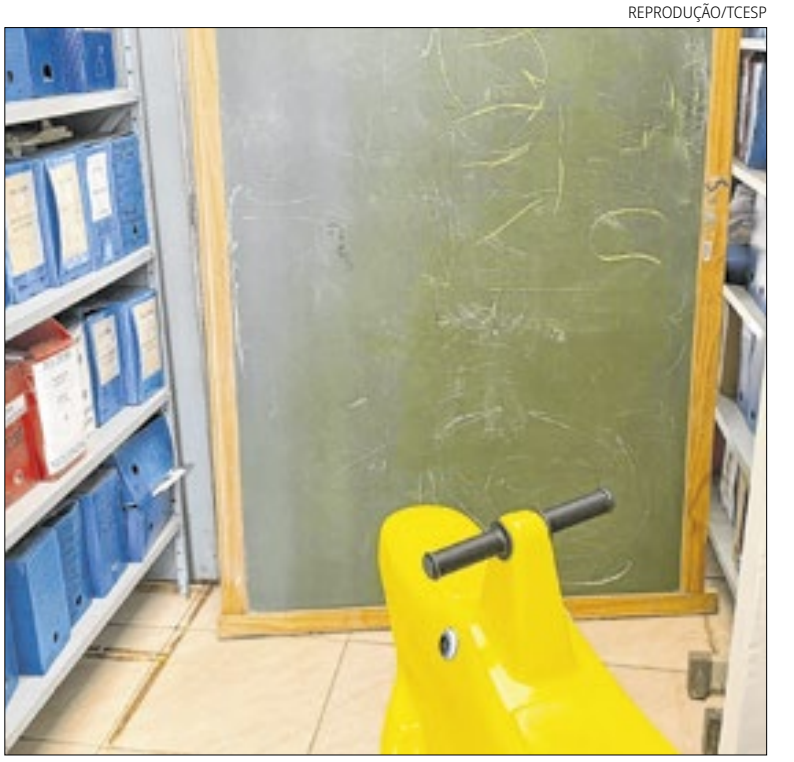
Risco de temporal

Defesa Civil de Jundiaí emitiu alerta de pancadas de chuva de intensidade moderada a forte na próxima quinta-feira (12), com maior incidência à tarde e à noite. A instabilidade no município deve persistir ao longo da semana, exigindo atenção da população com áreas de risco e eventuais transtornos urbanos provocados pelo temporal.

Rede de proteção

O programa “Itupeva Por Todas”, em Itupeva (SP), criou o “violentômetro”, instrumento em formato de marcador de página para ajudar mulheres a identificar ciclos de abuso e medir a urgência de ajuda. A ferramenta faz parte de ações de conscientização e do fortalecimento da rede de proteção e do acolhimento multidisciplinar local.

REPRODUÇÃO/TCESP



Ausência de um espaço destinado a crianças e adolescentes

Fiscalização encontra DDM de Itapetininga irregular

Inspeção estadual revela barreiras de acessibilidade e péssimo acolhimento.

Por **Fabrício Rocha**

Uma fiscalização ordenada realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) colocou sob holofotes a real situação das instalações da Delegacia de Defesa da Mulher de Itapetininga. A inspeção surpresa, que integrou uma ampla operação estadual voltada a avaliar a qualidade dos serviços públicos de enfrentamento à violência contra a mulher, apontou uma série de deficiências estruturais, barreiras de acessibilidade e limitações no atendimento e acolhimento de vítimas na unidade policial.

Entre as principais irregularidades registradas pela equipe de fiscalização dos agentes do tribunal estão graves problemas de manutenção, higiene e conservação do prédio público. Um dos detalhes que mais chamou a atenção dos auditores durante a vistoria técnica foi a constatação de que a placa oficial de identificação da Polícia Civil permanecia caída e danificada na fachada desde o início do ano, o que compromete gravemente a visibilidade do local e a orientação de mulheres que buscam auxílio em momentos de extrema vulnerabilidade emocional.

A fiscalização promovida pelo Tribunal de Contas do Estado avaliou critérios considerados essenciais para garantir um acolhimento humanizado, como a presença de salas de espera privativas, áreas reservadas para escuta multidisciplinar, conservação predial e o cumprimento rigoroso das normas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Os auditores ressaltaram que as falhas identificadas criam obstáculos adicionais e constrangedores para vítimas que chegam aos órgãos de proteção necessitando de amparo imediato após episódios de violência física ou verbal.

Dados levantados fazem parte de um amplo relatório produzido pela corte de contas paulista, que vistoriou dezenas de unidades especializadas, postos de saúde e hospitais em todo o Estado de São Paulo. A iniciativa busca confrontar a realidade da infraestrutura estatal com o avanço das estatísticas de violência doméstica, cobrando a adoção de reformas e adequações físicas. As informações completas do processo foram encaminhadas às autoridades regionais e estaduais competentes para a adoção de providências cabíveis.

CORREIO ECONÔMICO

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL



Objetivo é evitar impacto inflacionário da alta do preço do petróleo

Governo prorroga desoneração da gasolina e do etanol

O governo federal prorrogou até 9 de dezembro a desoneração da gasolina e do etanol e manteve, até a mesma data, a subvenção ao etanol. As medidas constam em decreto publicado em edição extra no Diário Oficial da União. Em nota, a Presidência da República informou que o objetivo é evitar o impacto inflacionário decorrente da alta dos preços internacionais do petróleo provocada pelo conflito no Oriente Médio. "A medida dá continuidade à redução que vigorava de 10 de setembro a 9 de novembro de 2026", destacou.
As alíquotas da contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e a comercialização de gasolina e suas correntes permanecem reduzidas a zero por metro cúbico.

Dweck defende regulação tecnológica

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ester Dweck, defendeu na terça-feira (10) a necessidade de o Estado regular as novas ferramentas tecnológicas, subordinando-as a decisões humanas. Dweck participou da abertura da 12ª Semana de Inovação, evento que será realizado até a quinta (12) na Escola Nacional de Administração Pública, em Brasília."Há quem ache que a tecnologia deveria substituir as pessoas. Nós achamos que ela deve ser usada para apoiar as pessoas", disse a ministra.

BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL



Tecnologia deve estar a serviço das pessoas, diz ministra

FGTS: trabalhador poderá autorizar consulta

A Caixa Econômica Federal passou a permitir nesta terça-feira (10) que trabalhadores autorizem instituições financeiras a consultar informações do extrato do FGTS. O serviço pode ser usado para comprovar renda ou vínculo empregatício em operações financeiras. Com a novidade, o trabalhador não precisa mais baixar, imprimir e entregar o extrato do FGTS ao banco ou à instituição financeira. As informações são consultadas diretamente na base do fundo, desde que haja autorização expressa do titular da conta.

Caixa passa a pagar prêmios de loterias via Pix

Os apostadores que fizerem jogos eletrônicos na Caixa Loterias e ganharem prêmios pequenos poderão receber o dinheiro via Pix. A novidade permite que os apostadores recebam na conta vinculada à chave informada valores de até R$ 2.428,80. A instituição também atualizou o processamento de pagamentos com cartão de crédito nos canais digitais, que passa a ser feito pela plataforma Azulzinha.

Tarifa Hora Certa

Em breve, uma parcela dos consumidores de energia elétrica na baixa tensão será enquadrada em uma nova modalidade tarifária: a Tarifa Hora Certa, em que o valor da energia é calculado em razão do horário. O objetivo da proposta da Aneel é incentivar os consumidores a fazer o uso da energia em horários de menor pico.

Bolsa sobe 2,22%

O mercado financeiro teve uma sessão de forte recuperação nesta segunda-feira (9), com a bolsa brasileira avançando mais de 2% e retomando os 172 mil pontos.

Em Nova York, os principais índices também fecharam em alta, impulsionados pela recuperação das ações de tecnologia e pelo recuo dos preços do petróleo.

Acidentes de trabalho

Levantamento divulgado pela Anamt revela que entre janeiro de 2023 e maio de 2026, dez ocupações concentraram quase um terço do total de acidentes de trabalho registrados no Brasil. No total, apenas essas dez ocupações contabilizaram 548.612 notificações, dentro de um universo total de 1,8 milhão de registros de acidentes.

Carta Aberta

Movimentos sociais e sindicais publicaram um manifesto criticando a proposta do mercado financeiro de corte de gastos como forma de equilibrar as contas públicas. As entidades pedem uma política fiscal que "garanta direitos, enfrente privilégios e distribua riqueza". A Carta Aberta é assinada por quase 100 entidades.

Dinheiro esquecido

Os brasileiros ainda não sacaram R$ 6,03 bilhões em recursos esquecidos em instituições financeiras, informou o Banco Central. O valor disponível para resgate aumentou em relação ao levantamento anterior, quando havia cerca de R$ 5,8 bilhões. Desde 2022, o Banco Central já devolveu R$ 16,75 bilhões a 44,91 milhões de beneficiários.

Isenções de IVA

Os deputados que participam da regulamentação da reforma tributária admitem rever benefícios fiscais concedidos a determinados setores caso a alíquota de referência do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ultrapasse 26,5%. A possibilidade foi discutida na terça (10), em reunião com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, em Brasília.

EBC



Inflação voltou a acelerar e permanece acima do limite de tolerância

Copom indica: desaceleração da economia não conteve inflação

Documento prevê que juros devem permanecer elevados

Da **Redação**

A ata do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada nesta terça-feira (10) indica que a atividade econômica brasileira dá sinais mais claros de desaceleração, enquanto a inflação continua pressionada. Nesse cenário, o Banco Central reforçou a avaliação de que a Selic deverá permanecer em nível restritivo por mais tempo.

Segundo o documento, os indicadores mais recentes apontam para uma "moderação mais acentuada da atividade econômica, principalmente em setores mais cíclicos". Apesar da perda de fôlego da demanda, a inflação voltou a acelerar e permanece acima do limite de tolerância da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional.

A ata também destaca o comportamento do mercado de trabalho. Embora a taxa de desemprego permaneça em níveis historicamente baixos, o crescimento da ocupação perdeu força.

"A taxa de desemprego mantém-se em patamares historicamente baixos, enquanto o crescimento da taxa de ocupação vem apresentando desaceleração."

Os rendimentos médios perderam força na margem, mas continuam crescendo acima da produtividade do trabalho. O Copom observa que eles "ainda crescem em termos reais a uma taxa superior à da produtividade do trabalho", aspecto monitorado pelo BC por seus possíveis reflexos sobre a inflação.

Outro ponto de preocupação é a piora das expectativas de inflação. As projeções do mercado para os próximos anos continuaram se afastando da meta de 3%.

Na avaliação do comitê, "em um ambiente de expectativas desancoradas, como é o caso do atual, exige-se uma restrição monetária maior e por mais tempo do que outrora seria apropriado".

A ata também voltou a destacar a importância da política fiscal para o controle da inflação. Segundo o documento, incertezas sobre a estabilização da dívida pública e um eventual esmorecimento do esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal podem dificultar a convergência da inflação para a meta. O Copom reiterou ainda a "necessidade de políticas fiscal e monetária harmoniosas".

Além dos fatores domésticos, o Banco Central avalia que o cenário internacional se tornou mais adverso desde a reunião anterior.

GP de São Paulo de F1 sofre com problemas de organização

De falta de água a problemas com lugares marcados, GP teve momentos caóticos

GETTY IMAGES / RED BULL CONTENT POOL



Primeiro ano da nova gestão do GP de São Paulo de F1 trouxe problemas em diversos setores e deixou a desejar

Por **Pedro Sobreiro**

O primeiro Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1 sob comando do CEO Alan Adler não deixou uma boa impressão no público. Com valores altíssimos, as edições anteriores tinham uma organização muito boa, que confiava bastante na civilidade dos fãs e tinha funcionários mais preparados.

Na edição 2026, o GP ficou marcado pela inauguração das cadeiras numeradas nas arquibancadas, o que não havia sido comunicado aos clientes anteriormente, e rendeu reclamações, princípios de tumultos e uma série de confusões, principalmente com fãs vindos de outros países.

Quando compraram os ingressos para as arquibancadas R e H, os torcedores não foram informados sobre a numeração e sequer tiveram a opção de escolher os assentos desejados. Diferentemente do que ocorreu, por exemplo, nos setores B e M, que traziam a indicação de que teriam cadeiras numeradas, apesar de também não permitir que o comprador escolhesse as cadeiras. Na hora de assistir às provas, de sexta (6) a domingo (8) os torcedores foram informados pelos funcionários do local que deveriam respeitar as numerações indicadas nos ingressos. Com isso, famílias e amigos que estavam em grupos tiveram de sentar separados.

Para uma categoria que custou de R$ 2.150 a R$ 2.850, o mínimo que se esperava era organização. Na sexta, alguns torcedores optaram por manter a tradição de quem chegar primeiro poder escolher onde vai sentar, o que causou confusão principalmente com torcedores vindos da Argentina, que queriam fazer valer a numeração dos bilhetes. Também houve casos de setores indicados nos ingressos que não existiam no autódromo. Um verdadeiro caos.

No domingo (8), após as confusões dos dois dias anteriores, que chegaram a registrar ameaças de agressões contra mulheres, os funcionários recomendaram que a marcação dos assentos fosse seguida, mas também não trataram como "lei". Houve bem menos confusão. Ainda assim, algo inaceitável para um evento do porte do GP de São Paulo.

LUGARES MARCADOS SERÃO MANTIDOS PARA 2027

Em comunicado à imprensa, a organização do GP de São Paulo reconheceu que houve falhas nessa opção, mas afirmou que manterá o esquema de cadeiras numeradas para o GP de 2027 para todas as arquibancadas, sem dar a opção de escolha de assentos para os torcedores no ato da compra.

– Alguns setores passaram a contar com assentos numerados para o Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1 2026. E, a partir do próximo ano, para cumprir uma exigência legal, todas as arquibancadas também terão assentos marcados. No email de confirmação da compra do ingresso constam as informações do bloco, fileira e o assento – informou o comunicado.

A decisão, obviamente, vem causando polêmica nas redes sociais, já que os preços dos ingressos aumentaram e vão de R$ 1.080 até R$ 22.600.

PROBLEMAS GERAIS NA ORGANIZAÇÃO

A edição 2026 também contou com problemas de falta d'água ao longo do evento. Os setores H e Porto sofreram com abastecimento de água, o que foi um problema principalmente na sexta-feira, que fez muito calor.

Além disso, a acessibilidade foi extremamente falha. Após as reformas milionárias no setor A, o espaço dedicado a pessoas com deficiência ficou localizado em uma área que tinha a visão comprometida pelos torcedores que ficavam de pé nas arquibancadas à frente. O que deveria ser um facilitador para os PcD's, acabou virando uma barreira humana que impediu a visão.

Agora que o Autódromo de Interlagos foi confirmado como sede da etapa brasileira do campeonato mundial de Fórmula 1 até 2035, a nova gestão terá uma série de desafios, a começar com a correção desses erros básicos e inaceitáveis da edição 2026.

Heineken Village conquista fãs com ativações inéditas

Por **Pedro Sobreiro**

Se a avaliação geral do GP de São Paulo de F1 foi controversa, com diversos problemas de organização, um setor se destacou positivamente: o Heineken Village 0.0. Composto pela área VIP, que conta com cobertura e buffet liberado, e pelo gramado, que é mais próximo da pista, o espaço da patrocinadora contou com um staff melhor preparado, banheiros exclusivos, e duas ativações muito especiais que dialogaram diretamente com os torcedores.

A mais chamativa foi a presença do RB20, carro utilizado por Max Verstappen, da Red Bull Racing, na histórica vitória no GP de São Paulo de 2024, em que largou em 17º e terminou em 1º, avançando rumo ao título mundial de pilotos daquela temporada.

O carro atraiu olhares dos fãs, que puderam agendar horário pelo aplicativo da marca, o "Hei", para evitar esperar no sol. E como o estande era aberto, muitos torcedores conseguiram ver e tirar fotos com o RB20 sem precisar pegar fila.

Outra ativação que emocionou torcedores foi uma exposição de capacetes originais de Ayrton Senna e Michael Schumacher. A icônico capacete amarelo de Senna foi usado no GP de Mônaco de 1987. Já o do alemão era de 1999, e foi usado por Schumacher na Ferrari.

Eles foram expostos ao lados dos macacões e capacetes utilizados por Max Verstappen e Isack Hadjar, os pilotos da Red Bull, na temporada 2026.

PEDRO SOBREIRO



Presença do RB20 roubou a cena no gramado do Heineken Village 0.0 2026

Para Bruna Rosato, gerente de marketing da Heineken 0.0 no Brasil, a satisfação dos fãs fez valer todo o trabalho envolvido para viabilizar as ativações.

– Como você deve imaginar, foram muitos alinhamentos [para trazer esses itens]. A gente teve muitas conversas, inclusive com o nosso time global para fazer tudo isso acontecer. Mas acho que é muito legal a gente poder propiciar para os fãs que estão aqui, vivendo essa experiência, ter contato com esses materiais. Porque a gente está falando de peças históricas. Capacete do Senna, capacete do Schumacher, o macacão de toda a equipe da Red Bull... E o que eu acho muito legal é a ativação do showcar, que a gente levou ali para o gramado, em que as pessoas puderam ver de perto o tamanho e a dimensão do que é um carro de Fórmula 1, né? Quando você chega perto, você entende melhor a dimensão, o tamanho que as coisas têm no esporte. Então, acho que é uma ativação que as pessoas curtiram muito, e foi muito legal a gente ter conseguido trazer – disse ao Correio da Manhã.

CORREIO
NO MUNDO

KREMLIN/ WIKIMEDIA COMMONS



Conversas seguirão nesta quarta-feira (11), nos Emirados Árabes

Pela 1ª vez desde fevereiro, Rússia e Ucrânia retomam negociações

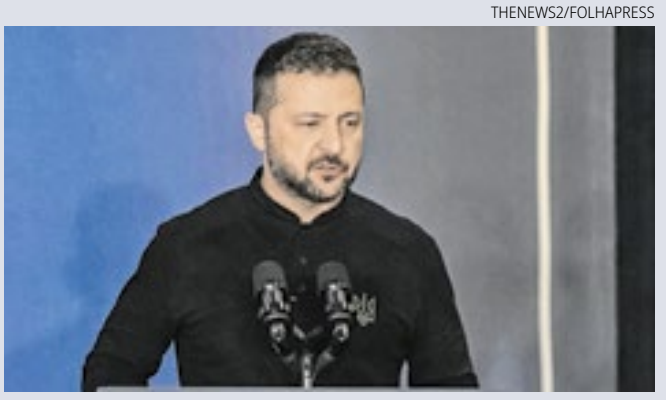
Autoridades da Rússia e da Ucrânia se reuniram na terça-feira (10), em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, para as primeiras negociações mediadas pelos Estados Unidos desde fevereiro. As conversas ocorrem em meio à tentativa do presidente Donald Trump de avançar em um acordo para encerrar a guerra e estabelecer garantias de segurança para a Europa. Segundo a Ucrânia, as conversas seguirão nesta quarta-feira (11). O enviado americano Jared Kushner (genro de Trump) disse aos delegados que os contatos recentes com os dois lados "identificaram e estreitaram as diferenças" e que os EUA têm "boas ideias" para superá-las.

Apesar do otimismo de Washington, passados mais de quatro anos e meio da invasão, com a Rússia controlando cerca de um quinto do território ucraniano, Moscou e Kiev seguem distantes em relação aos termos de um acordo.

Zelenski classificou primeiro dia como positivo

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, mantém a exigência de que Kiev entregue toda a região oriental do Donbass como condição para um acordo de paz. O seu homólogo ucraniano, Volodimir Zelenski, por sua vez, rejeita ceder territórios. Zelenski afirmou nesta terça que o primeiro dia das negociações foi "construtivo e bastante substancial", após ser informado pelos negociadores de Kiev. Em um post no X, disse ainda que o encontro gerou "instruções claras para a continuidade do diálogo".

THENEWS2/FOLHAPRESS



Estados Unidos veem diferenças 'estreitadas' entre os países

Kiev busca a construção de um paz duradoura

O principal negociador ucraniano, Rustem Umerov, afirmou que Kiev se concentra na obtenção de garantias de segurança e na construção da paz duradoura. Já o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Serguei Lavrov, reiterou que Moscou prefere discutir primeiro uma estrutura mais ampla de segurança europeia, antes de tratar especificamente do conflito entre os dois países. Na véspera, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, defendeu que as discussões sobre segurança europeia devem ocorrer somente depois de um cessar-fogo na Ucrânia.

Europeus querem participar mais das negociações

Lavrov rejeitou a possibilidade de trégua, argumentando que europeus tentam ganhar tempo para Kiev. Representantes dos EUA, da UE, da Otan e de potências europeias se encontraram separadamente com as delegações americana e ucraniana. Os governos europeus têm pressionado por maior participação nas negociações, diante das propostas de Washington de uma mudança na estrutura de segurança do continente em caso de acordo.

Comunicado conjunto

Em comunicado conjunto, americanos, europeus e ucranianos reafirmaram o compromisso com uma segurança europeia sólida pós-guerra e destacaram que a integridade territorial e a soberania da Ucrânia devem ser respeitadas. O texto também defendeu a manutenção de uma Otan forte como elemento central da defesa coletiva euro-atlântica.

Preocupação europeia

A posição de preocupação europeia com a situação reflete a apreensão com possíveis concessões realizadas a Moscou. Antes de iniciar a guerra, em 2022, o Kremlin apresentou um ultimato à Otan, exigindo, entre outras medidas, a retirada de tropas da aliança militar do leste europeu. A proposta foi rejeitada pelos países ocidentais.

Acordo está próximo?

Na véspera das negociações, Trump afirmou que Washington identificava uma "inclinação muito forte" de ambos os lados para encerrar a guerra e disse que russos e ucranianos estavam "cansados de lutar". Depois de receber na Casa Branca, na semana passada, o enviado de Putin, o presidente americano disse que um acordo poderia ser alcançado em breve.

Guerra no Irã

O risco de uma retomada dos bombardeios contra o Irã "não está completamente afastado", afirmou nesta terça-feira (10) o chanceler da França, Jean-Noël Barrot, ao encerrar a reunião de ministros das Relações Exteriores do G7 em Paris. A avaliação contrasta com a realizada por Donald Trump na segunda (9), depois de receber o premiê qatari na Casa Branca.

Contrariou Trump

Na ocasião, Trump declarou que a guerra está "efetivamente terminada" do ponto de vista militar.

"Senão, não teríamos dedicado tanto tempo e tanta energia ao longo destes dois dias a abordar essas questões com nosso homólogo americano e com o primeiro-ministro do Qatar", afirmou o chanceler francês.

Apoio francês

A França apoia os esforços dos países da região por uma saída que leve à reabertura do estreito de Hormuz e evite novos ataques. O grupo dos quatro europeus — França, Reino Unido, Alemanha e Itália— volta a se reunir no início de dezembro com Turquia, Paquistão, Arábia Saudita e Egito.

Por João Caminoto (Folhapress)

CHAD MCNEELEY/ U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE



Secretário de Defesa diz não estar preocupado: 'orgulho do nosso trabalho'

Câmara dos EUA abre processo de impeachment contra Pete Hegseth

Thomas Massie quer remover chefe do Pentágono por 'abuso de poder'

Por **Victor Lacombe (Folhapress)**

O deputado republicano Thomas Massie, do Kentucky, abriu nesta segunda-feira (9) um processo de impeachment contra o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Pete Hegseth, cerca de uma semana após a derrota histórica do partido do presidente Donald Trump nas eleições de meio de mandato. A Câmara, ainda na mão dos republicanos, precisa votar a medida nesta semana.

Massie é um dos poucos políticos do Partido Republicano a fazer oposição a Trump. Por isso, o presidente apoiou um adversário nas primárias republicanas para sua vaga na Câmara —Massie acabou derrotado e terá que deixar o cargo em janeiro de 2027.

Ao abrir o processo de impeachment, Massie acusou Hegseth de crimes de guerra no conflito com o Irã, inclusive no ataque contra a escola em Minab que matou 156 pessoas, incluindo 120 crianças. "Tratou-se de um erro causado diretamente pelo desmonte conduzido pelo secretário Hegseth da infraestrutura jurídica do Departamento de Defesa criada para proteger civis", afirmou o deputado.

Para prosperar, o impeachment de um membro do gabinete presidencial dos EUA precisa ser aprovado por maioria simples na Câmara e, em seguida, por dois terços do Senado. Se antes das eleições uma medida como a apresentada por Massie tinha chance nula de avançar, dado o controle completo que o Partido Republicano tem do Congresso, o voto desta semana virou um teste do poder que Trump ainda tem sobre a base de seu partido no Legislativo.

Ainda que o impeachment seja derrotado nesta semana, os democratas terão maioria no Congresso a partir de 2027, podendo aprovar a destituição de Hegseth na Casa baixa. Entretanto, precisarão negociar com republicanos para atingir os 67 votos necessários na Casa alta —projeções apontam que a oposição deve obter 56 assentos.

O ataque à escola iraniana, prosseguiu Massie, "foi possível graças a uma recusa do secretário Hegseth de respeitar e seguir a doutrina e os princípios legais do Pentágono desenhados para mitigar danos a civis". O deputado relembrou falas nas quais Hegseth afirmou que proteção a civis seria um obstáculo ao objetivo de "máxima letalidade". "O ataque [à escola em Minab] não foi apenas um erro decisório, mas também um abuso de poder do secretário", disse.

CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

DIVULGAÇÃO



Tande diz que conquista é resultado da continuidade de trabalho

Resende ganha primeiro lugar na categoria Saúde e Bem-Estar

Resende conquistou, nesta terça-feira (10), o primeiro lugar na categoria Saúde e Bem-Estar do Prêmio Band Cidades Excelentes 2026, entre os municípios com mais de 100 mil habitantes do Estado do Rio de Janeiro. A cidade, sob a gestão do prefeito Tande Vieira, também foi finalista nas categorias "Educação" e "Infraestrutura e Sustentabilidade", consolidando os avanços da administração municipal em áreas estratégicas para a qualidade de vida da população. Promovido pelo Grupo Bandeirantes e pelo Instituto Áquila, o Prêmio Band Cidades Excelentes é uma das principais iniciativas de reconhecimento da gestão pública municipal no país. Nesta edição, a premiação avaliou 98 indicadores, 26 a mais do que no ano anterior, considerando o desempenho dos municípios em diferentes áreas e os resultados das políticas públicas implementadas.

Novos investimentos e modernização

Para o prefeito Tande Vieira, a conquista é resultado da continuidade de um trabalho iniciado na gestão do ex-prefeito e deputado federal eleito Diogo Balieiro e que vem sendo ampliado com novos investimentos, modernização da infraestrutura e avanço dos serviços públicos de saúde. Resende tem avançado na ampliação e na qualificação da assistência à saúde, com investimentos no Hospital Municipal de Emergência, na UPA 24 Horas, na Santa Casa de Misericórdia, entre outros.

DIVULGAÇÃO/PMR



Resende ganha Prêmio Band Cidades Excelentes

LOA e PPA: Projetos de emendas prorrogados

O prazo para apresentação de emendas parlamentares ao Projeto de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027 foi prorrogado até a próxima sexta-feira (13), às 15h. A decisão foi da Comissão de Orçamento da Alerj (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), em anúncio realizado pelo presidente do colegiado Gustavo Tutuca (PP), durante a sessão plenária desta terça (10). A previsão é de que as propostas sejam votadas em 17 de dezembro, de acordo com cronograma.

Textos passam por audiênicia e parecer prévio

Após a apreciação, o texto aprovado será enviado para o Poder Executivo, para sancionar ou vetar a proposta. A prorrogação ocorre após o início das tramitações do PPA e do PLOA na Casa, onde os textos cumpriram etapas decisivas, incluindo audiência pública com os secretários de Fazenda (Sefaz) e de Planejamento (Seplag) e a publicação dos pareceres prévios pela Comissão de Orçamento.

Congresso de Medicina

O 10º Congresso Brasileiro de Medicina de Emergência (CBMEDE), que acontece de 25 a 28 de novembro, no Windsor Barra Hotel, no Rio de Janeiro. Promovido pela Associação Brasileira de Medicina de Emergência (ABRAMEDE), o evento terá programação voltada às situações mais críticas e frequentes enfrentadas nos serviços de emergência do país.

Tempo nas emergências

Entre os principais lançamentos está o Posicionamento da ABRAMEDE sobre Superlotação e Boarding no Departamento de Emergência, documento que padroniza, para o Brasil, conceitos e indicadores e apresenta recomendações para hospitais e gestores públicos. Entre as metas propostas está a redução desse período para menos de 12 horas.

Emergências aquáticas

Uma das atividades mais diferentes desta edição será o curso prático de Emergências Aquáticas, na praia. A atividade será conduzida por especialista com mais de 400 trabalhos publicados sobre o tema e integra a proposta do congresso de aproximar a atualização científica das situações reais enfrentadas por médicos emergencistas.

Primeiros-socorros

O congresso também vai abordar situações cada vez mais presentes na rotina dos prontos-socorros, como os efeitos adversos associados ao uso de medicamentos agonistas de GLP-1, as chamadas "canetas emagrecedoras", além da reemergência do sarampo e da preparação dos hospitais para desastres e incidentes com múltiplas vítimas.

Discussões de estudos

Haverá ainda sessões dedicadas a estudos recentes que modificaram condutas em áreas como via aérea, AVC, traumatismo craniano, ultrassom e atendimento de baixa complexidade, com foco em transformar evidência científica em decisão à beira do leito. Além disso, discussões sobre tontura na emergência, intoxicação por paracetamol, violência contra mulheres.

Outros temas

O envelhecimento da população estará em destaque em aulas sobre agitação no idoso, trauma geriátrico e departamentos de emergência geriátricos, enquanto a assistência pediátrica terá sessões dedicadas, entre outros temas, à alteração do nível de consciência na criança. O congresso reunirá convidados de Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália e Espanha.

REPRODUÇÃO



Humberto Pradera foi chefe de Tecnologia da Informação do STJ

Acusado de vazar para Willer Tomaz informações do STJ é preso

Medida foi autorizada pelo STF; advogado é amigo do senador Flávio Bolsonaro

Por **Gabriela Gallo**

A Polícia Federal (PF) cumpriu, nesta terça-feira (10), mandado de prisão contra o ex-secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Humberto Fontoura Pradera, suspeito de vazar informações sigilosas para o advogado Willer Tomaz, amigo do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

A medida faz parte da segunda fase da Operação Linceu, que investiga um suposto esquema de vazamento de informações sigilosas e de processos em tramitação no STJ. A operação foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes É um desdobramento de uma investigação sobre Tomaz por suspeita de lavagem de dinheiro.

Pradera é acusado de suspeita de violação de sigilo funcional, peculato eletrônico, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro. O peculato eletrônico ocorre quando um funcionário público utiliza indevidamente o acesso ao sistema de dados da administração pública para alterar informações ou inserir dados falsos.

As investigações da PF apontam uma relação de proximidade entre Pradera e Willer Tomaz. Os investigadores identificaram que o ele enviou ao advogado uma fotografia da tela de um computador que exibia um documento de 17 páginas. O envio ocorreu quatro dias antes de o material ser assinado e publicado oficialmente.

Desde 8 de outubro, tramitava no STF uma investigação sobre suspeitas de evasão de divisas e lavagem de dinheiro por meio de plataformas de apostas esportivas. O principal alvo da apuração é Willer Tomaz, que, segundo os investigadores, realizou transações financeiras no valor de R$ 1,4 bilhão com a plataforma de apostas Blaze.

O caso teve início em uma investigação que tinha como alvo inicial apenas o advogado. Após a quebra dos sigilos telemáticos de Tomaz, foram identificados e-mails que apontariam Flávio Bolsonaro como usuário de uma conta bancária vinculada a uma empresa pertencente ao advogado.

Em razão do foro por prerrogativa de função do senador, o caso foi encaminhado ao STF, onde Alexandre de Moraes foi sorteado como relator.

Ministros do STF enfrentam novo teste após Fachin encerrar o inquérito da Fake News

Pressionado, Edson Fachin terá de revisar 104 procedimentos e administrar alas polarizadas na Corte

Por **Beatriz Matos**

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF



Fachin ainda terá que revisar 104 procedimentos relacionados ao inquérito

O fim do inquérito das fake news, determinado nesta semana, encerrou uma investigação de mais de sete anos, mas não a crise que dividiu o Supremo Tribunal Federal (STF). Nos bastidores, a decisão do presidente da Corte, ministro Edson Fachin, é vista como uma tentativa de reduzir os instrumentos de confronto entre Alexandre de Moraes e André Mendonça, cuja disputa ganhou força com as apurações sobre o Banco Master.

Ao arquivar o processo, Fachin pôs fim à possibilidade de incorporação indefinida de novos casos à mesma investigação, e assumiu a tarefa de definir o destino de 104 procedimentos relacionados ao inquérito. Caberá à Presidência avaliar quais têm fundamento para continuar, quais devem ser arquivados e quais podem seguir em outras instâncias.

Medidas cautelares, como bloqueios de contas e restrições de passaporte, não serão anuladas automaticamente, os responsáveis por cada caso terão de verificar se ainda existem razões para manter as restrições.

Desde setembro, Fachin já encerrou apurações originadas no inquérito, incluindo uma sobre Eduardo Bolsonaro. O arquivamento não invalida provas, acordos, decisões ou ações penais anteriores, nem resolve a disputa em torno do Master.

O próximo teste de força

O encerramento não significa reconciliação. O Supremo ainda depende da retomada de um julgamento interrompido por pedido de vista de Flávio Dino, sobre se investigações relacionadas a Moraes e Mendonça devem ser analisadas em conjunto ou separadamente.

Quatro ministros defenderam a análise separada e três se posicionaram pela reunião dos casos. A discussão é preliminar, antes de qualquer decisão sobre o mérito das suspeitas, a Corte precisa definir como os procedimentos serão conduzidos.

Ainda não há data confirmada para retomar o julgamento. A Polícia Federal prepara novos relatórios ligados ao Master, capazes de recolocar a disputa no plenário e testar a capacidade de Fachin de construir decisões coletivas.

Rafael Durand, professor de Direito Constitucional, avalia que a atuação do presidente do STF tem limites. "A Presidência pode desmembrar procedimentos, fixar prazos e determinar diligências. O que ela não tem é poder de decidir sozinha o mérito de uma acusação de improbidade ou crime de responsabilidade contra ministro", afirma. Para ele, a resposta institucional "exige simetria processual, no sentido de que ambos os ministros têm direito a prazo, contraditório e parecer técnico antes de qualquer juízo".

A concentração de decisões individuais também está no centro do debate. Como mostrou o Correio da Manhã, o advogado Melillo Dinis defendeu maior participação do plenário. "Há um excesso de individualismo que está corroendo o Supremo", afirmou. Segundo o especialista, mudanças no regimento para limitar decisões monocráticas e o código de ética proposto por Fachin, são algumas alternativas.

Inquérito gigantesco que pressiona os ministros

Por **Beatriz Matos**

ROSINEI COUTINHO/STF



Antigo relator do inquérito, Moraes é citado em caso Master

O inquérito reúne cerca de 12 mil páginas. Parte da documentação foi mantida diretamente no gabinete de Moraes, e a equipe de Fachin precisou organizar e digitalizar o material. Na decisão, ele registrou que os autos tramitaram exclusivamente naquele gabinete até 11 de setembro, quando 79 documentos avulsos foram incorporados ao processo.

A decisão foi construída em etapas e sob pressão. Em setembro, Fachin retirou de Moraes a relatoria do inquérito depois que o ministro pediu a inclusão de Mendonça nas apurações. Nos bastidores, a mudança provocou insatisfação. Segundo relatos publicados pela Folha de S.Paulo, Moraes desconhecia, até o dia anterior, a intenção de Fachin de assumir o caso. Mesmo integrantes próximos do antigo relator reconheceram a necessidade de intervenção para conter o desgaste institucional.

A tensão ultrapassou os gabinetes. Moraes conta com apoio de Gilmar Mendes, Flávio Dino e Cristiano Zanin. Já Mendonça, com o respaldo de Luiz Fux e Kassio Nunes Marques. Fachin buscou atuar como mediador, enquanto a Presidência ganhasse força para definir pautas e arbitrar procedimentos sensíveis.

Depois da divulgação de mensagens enviadas pelo ex-banqueiro Daniel Vorcaro a Moraes, o ministro questionou a atuação de Mendonça nos casos Master e INSS e pediu sua inclusão no inquérito das fake news. Fachin separou os questionamentos para evitar que acusações entre colegas fossem examinadas numa investigação conduzida por um dos envolvidos.

O desconforto antecede o Master. Instaurado em 2019 por Dias Toffoli, sem pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), o inquérito foi entregue a Moraes sem sorteio. Aberto para investigar ataques a ministros, ampliou seu alcance para desinformação e ameaças às instituições. Em 2020, o plenário validou sua constitucionalidade, com exigência de respeito às garantias dos investigados.

DOCUMENTOS SOB ANÁLISE

A manifestação do procurador-geral da República, Paulo Gonet, deu fundamento ao arquivamento da investigação principal, mas preservou a possibilidade de continuidade de apurações com objeto próprio. Fachin determinou que documentos com dados bancários, fiscais, telefônicos ou informações da vida privada sejam separados antes do levantamento do sigilo dos demais autos. A divulgação permitirá examinar o alcance das investigações e as medidas adotadas.

A sinalização nos bastidores, é de que o teste seguinte será menos sobre encerrar processos e mais sobre como o Supremo tomará decisões quando seus próprios ministros estão no centro delas. Fachin terá de conciliar a análise dos procedimentos remanescentes, a transparência dos documentos e a retomada do julgamento sobre o Master. O inquérito chegou ao fim, a divisão interna, não.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Projeto de anistia a Bolsonaro divide PT e pode derrubar Edinho Silva da presidência do partido

■ Um projeto de anistia a Jair Bolsonaro dividiu o PT e pode culminar com mudança no comando do partido de Lula. Nos bastidores, a ideia de libertar Bolsonaro com a justificativa de arrefecer os ânimos na política foi atribuída a Edinho Silva, presidente nacional do PT.

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



Ideia de libertar Bolsonaro para arrefecer os ânimos na política foi atribuída a Edinho

■ Sem citar o dirigente, Gleisi Hoffmann criticou a proposta. Em declaração ao ICL Notícias, ela afirmou que a medida era tão absurda que os dirigentes do PT que defenderam a ideia em declaração em off ao jornal Folha de São Paulo sequer apareceram publicamente.

■ O fato é que dentro do PT, esse desgaste recaiu sobre Edinho Silva, que já vem sendo pressionado a deixar a presidência do Partido dos Trabalhadores por conta do fraco desempenho como coordenador da campanha de Lula no primeiro turno da eleição à Presidência.

■ No segundo turno, Edinho perdeu espaço para nomes como André Janones, Camilo Santana e Marco Aurélio de Carvalho, que passaram a ganhar maior protagonismo na campanha.

■ A coluna apurou que já existe um movimento dentro do PT para convencer Edinho Silva a renunciar à presidência da legenda. Caso ele resista, a alternativa discutida é antecipar o Processo de Eleição Direta (PED), para que o partido escolha um novo presidente já no próximo ano.

Relatório aponta desaparecimento de US$ 85 milhões em peças de caças dos EUA

■ Um relatório do Government Accountability Office (GAO), órgão de fiscalização do Congresso dos Estados Unidos, aponta que o Departamento de Defesa norte-americano não consegue esclarecer a situação de mais de 1 milhão de peças de caças militares F-35, avaliadas em US$ 85 milhões (cerca de R$ 475 milhões). O documento, publicado nesta segunda-feira (9), revela falhas no controle dos equipamentos e dificuldades para identificar o destino de componentes registrados como perdidos.

REPRODUÇÃO



F-35 é um dos principais caças dos EUA

■ Segundo a auditoria à qual a coluna teve acesso, as peças foram contabilizadas como perdas por uma empresa contratada entre maio de 2018 e outubro de 2022, período que abrange os governos de Donald Trump e Joe Biden.

■ O relatório revela que, até março de 2026, já durante o segundo mandato de Trump, o escritório responsável pelo programa F-35 ainda não havia esclarecido a situação dessas perdas. A ausência de registros completos impediu os responsáveis de determinar se os casos haviam sido devidamente comunicados, analisados ou solucionados.

■ A fiscalização identificou ainda que cerca de 940 mil peças não haviam sido encaminhadas para análise de responsabilidade quando o problema foi inicialmente identificado.

■ O programa F-35 reúne aproximadamente 26 milhões de componentes distribuídos por mais de 700 instalações administradas pelo governo norte-americano e por empresas contratadas em diferentes países.

■ De acordo com o GAO, os sistemas utilizados pelo Departamento de Defesa apresentam informações desatualizadas, incompletas ou incorretas. Em alguns casos, os responsáveis sequer conhecem a localização exata das instalações de empresas subcontratadas que armazenam componentes militares.

■ A auditoria também identificou aproximadamente 17 mil peças em manutenção ou reparo que não estavam registradas no sistema oficial de controle patrimonial.

■ O documento alerta que a falta de fiscalização adequada compromete a capacidade de identificar desperdícios, fraudes ou eventuais furtos, além de dificultar a responsabilização de empresas contratadas.

■ O F-35 é considerado o programa de armamentos mais caro da história do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, com custo estimado superior a US$ 1,9 trilhão ao longo de seu ciclo de vida.

■ Diante dos problemas identificados, o GAO apresentou quatro recomendações para reforçar a fiscalização, melhorar os registros patrimoniais e ampliar o acompanhamento das perdas. O Departamento de Defesa concordou com todas elas.

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Nikolas Ferreira é deputado federal

Nikolas aciona TCU para barrar compra de iPhones no Senado por R$ 6 milhões

■ O deputado federal Nikolas Ferreira (PL) afirmou que vai acionar o Tribunal de Contas da União (TCU) para questionar uma licitação de mais de R$ 6 milhões destinada à compra de celulares pelo Senado Federal. Segundo o parlamentar, a contratação prevê a aquisição de 425 aparelhos, incluindo 95 unidades do iPhone 18 Pro.

■ Nikolas pretende apresentar uma representação ao TCU para investigar a legalidade e a economicidade da compra. O deputado também informou que vai ajuizar uma ação popular para tentar impedir a contratação.

■ Em declaração à coluna, o parlamentar responsabilizou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União), pela autorização da licitação e criticou o uso de recursos públicos para a aquisição dos equipamentos.

■ "Em um país com uma dívida pública trilionária, juros altíssimos e uma população sufocada por impostos, essa contratação é um atentado à moralidade administrativa", afirmou.

■ Segundo Nikolas, a compra dos aparelhos representa um gasto incompatível com a situação econômica do país. O parlamentar também questionou a necessidade de disponibilizar modelos recentes de celulares aos integrantes do Senado.

PINGA-FOGO

Empresários aplaudem Douglas Ruas em encontro marcado pela seriedade e respeito

■ **Há muito tempo que os salões principais do Hotel Fairmont não reunia tantos empresários do Rio e alguns vindos de São Paulo especialmente para ouvir os planos do governador eleito do Rio, Douglas Ruas, que foi aplaudido várias vezes nas respostas que dava a cada uma das perguntas feitas pelos principais CEOs presentes ao evento do LIDE Rio.**

■ Um sentimento formou consenso: O estado do Rio está em boas mãos. O Governador deu um show, demonstrando estar preparado para a missão que recebeu das urnas. Ruas transmitiu o tom de seriedade e segurança nos seus discursos, além de demonstrar uma postura altiva e própria para a liturgia do cargo.

■ **Na sua chegada ao Fairmont, ele foi recebido pela presidente do LIDE Rio, Andreia Repsold, pelo presidente da Federação das Indústria - Firjan, Luiz Césio Caetano, e por Netto Moreira, diretor dos Hotéis de Luxo da Accor. Recepção de chefe de estado.**

■ Já no quarto piso, onde fica os salões, o espaço já estava lotado às 11h45min, quando o governador circulou cumprimentando os empresários e recebendo as congratulações pela vitória nas eleições.

■ **Antes da palestra-almoço, o governador eleito Douglas Ruas foi homenageado pelos principais dirigentes empresariais, com uma placa parabenizando-o pela vitória e desejando boa sorte à frente do Estado. O período eleitoral passou e o desejo dos empresários foi de colocar os planos de negócios para funcionar: arregaçar as mangas e seguir em frente.**

■ Na sua fala, o governador eleito fez algumas revelações que agradaram os empresários. Afirmou que irá trabalhar com todos os prefeitos, independente das questões partidárias e que a sua equipe de transição já estava conversando com o Governo Federal, com quem prometeu manter um diálogo em uma agenda pró-Rio.

■ **Douglas foi aplaudido quando anunciou um teto de gastos para as despesas públicas, que ficará acondicionado a aumento de receita. Destacou a importância de investir em formação de mão de obra e na promoção do turismo como atividade econômica. Prometeu ser o líder na captação de turistas para o Rio e na disputa contra outros mercados.**

■ O almoço do LIDE RJ não poderia ter ocorrido em uma sicronicidade melhor. Demonstrou que a classe empresarial e as principais lideranças empresariais do estado estão entusiasmadas com os resultados das urnas. Abraçaram uma agenda positiva e de estabilidade jurídica e acreditam que os problemas crônicos de segurança serão resolvidos.

■ **Diferente do período eleitoral, não foi uma reunião/almoço, com quase 300 empresários, e os jornalistas puderam presenciar que o clima agora é de trabalho e saíram entusiasmados por encontrarem um governador que criará condições para atrair novos investimentos e fazer o Rio voltar a crescer.**

■ Na porta do Fairmont, a manifestação do exército do Dudu, que, segundo o colunista Lauro Jardim, de O GLOBO, iria fazer um bati-bum na porta do hotel, ficou restrita a sete pessoas. Entre elas, funcionários que prestam seerviços à prefeitura do Rio. Aliás, o mesmo jornal que, em dissonância com o que foi demonstrado pela agenda empresarial no evento do Lide, fez editorial confuso, que pede a continuidade das eleições, algo que está claramente rejeitada pelas forças empresariais. Este editorial de O GLOBO, inclusive, foi alvo de piadas no almoço, ficou como um réquiem à velha política e de inconformados com a chegada de atores novos e com uma agenda de crescimento, sem malandragem, galhofa, informalismo, e que insistem no uso de subterfúgios jurídicos para se manterem vivos.



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@colunamagnavita

Em encontro com líderes empresariais, Douglas Ruas diz que irá criar balcões de negócios em cada região para desburocratizar abertura de empresas

O governador eleito, Douglas Ruas, participou nesta terça-feira (10/11) de encontro promovido pelo LIDE – Grupo de Líderes Empresariais. O evento, realizado em Copacabana, teve como tema "Projetos e Perspectivas da Gestão do Estado do Rio de Janeiro" e contou com a participação de CEOs e lideranças empresariais de diferentes setores.

Durante o discurso e a rodada de perguntas e respostas com os empresários, Ruas apresentou propostas de sua gestão para proporcionar ao Rio de Janeiro um ambiente de negócios mais favorável.

Entre as propostas apresentadas está a criação de balcões de negócios, com o nome de 'Investe Aqui', que reunirão órgãos responsáveis pelo registro, licenciamento e regularização de empresas, como Jucerja e secretarias de Fazenda e de Meio Ambiente, além de instituições de apoio ao desenvolvimento econômico, como a AgeRio.

— Vamos colocar todos os órgãos em um balcão único para que o empresário não tenha que se deslocar por horas para abrir uma empresa ou ampliar sua atividade. Para dar conta da demanda, vamos realizar concursos e colocar em prática a tecnologia — disse Ruas.

Pela proposta, cada região do estado contará com superintendências que terão apoio técnico de profissionais qualificados e autonomia para realizar licenciamentos. O objetivo é regionalizar a prestação do serviço público, levando o atendimento também às áreas mais afastadas da capital.

O evento contou com a participação da presidente do LIDE Rio, Andréia Repsold; de Anselmo Leal, diretor-presidente da Águas do Rio; Antônio Queiroz, presidente da Fecomércio; Flávio Vaz, diretor-geral da Iguá Saneamento, entre outros representantes do setor empresarial.

FOTOS RENATO WROBEL



Douglas Ruas

CM



Nomes de 2027: os candidatos a presidência da Alerj, Anderson Moraes, e a presidência do TJRJ, desembargador Claudio Brandão, com o deputado Rodrigo Amorim, candidato a uma vaga no TCE

CM



O governador eleito Douglas Ruas foi recebido com todas as honras na chegada ao almoço do LIDE por Andreia Repsold; pelo presidente da Firjan, Luiz Césio Caetano; e por Netto Moreira



Pedro Guimaraes, Alexandre Accioly, Gustavo Tutuca, Marcelo Alvez e Netto Moreira



Netto Moreira, diretor dos Hotéis de Luxo da Accor



Priscila Sakalen, Andreia Repsold e Vinicius Benevides



Fernanda Amaral e Kiki Moretti



Fernanda Candeias e Gisela Gadelha

Brasília mira expansão do mercado audiovisual



MAYARIANE CASTRO/CORREIO DA MANHÃ

Apesar de movimentar bilhões de reais no país, setor enfrenta dificuldades para atrair investimentos e ampliar a produção fora dos principais centros

Festival de Brasília é o mais antigo do país

Por **Mayariane Castro**

O mercado audiovisual brasileiro movimentou R$ 70,2 bilhões em 2024 e gerou mais de 600 mil empregos. Apesar da dimensão econômica do setor, a distribuição dos investimentos e das oportunidades de produção ainda apresenta diferenças entre as regiões do país.

No Centro-Oeste, esse cenário ficou evidente no recente edital de cinema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que recebeu 35 propostas da região, mas não selecionou nenhum projeto. O resultado expõe os obstáculos enfrentados por produtoras locais para acessar recursos e ampliar sua participação no mercado nacional.

No Distrito Federal, a discussão sobre o desenvolvimento do audiovisual envolve questões como financiamento, infraestrutura, formação de mão de obra, atração de produções e integração entre empresas e profissionais da economia criativa.

Para Isaac Aicon, diretor executivo da Aicon Ações Cinematográficas, a falta de previsibilidade nos mecanismos de financiamento está entre os principais entraves para a consolidação do setor na capital federal.

Segundo o executivo, a irregularidade dos ciclos de financiamento dificulta o planejamento das produtoras e a manutenção das equipes. Uma produção cinematográfica depende de uma cadeia de profissionais e empresas, que precisa ser mobilizada antes mesmo do início das filmagens. A incerteza sobre a liberação de recursos e a continuidade dos projetos compromete a contratação de trabalhadores, a reserva de equipamentos, as negociações com fornecedores e a organização dos cronogramas.

Outro ponto levantado por Aicon é a dependência dos mecanismos públicos de fomento. Para ele, o desenvolvimento de fontes complementares de financiamento, incluindo a participação do capital privado, é necessário para que o mercado deixe de operar em ciclos isolados de produção. A continuidade dos investimentos, na avaliação do executivo, permitiria estruturar empresas e manter atividades entre um projeto e outro.



Cena de O Agente Secreto em Brasília. Locação é um dos caminhos do audiovisual da cidade

DIFERENÇA COM SÃO PAULO E RIO

A infraestrutura técnica também integra a lista de desafios. Embora Brasília tenha ampliado sua capacidade de produção nos últimos anos, ainda existe diferença em relação a mercados como São Paulo e Rio de Janeiro, que concentram maior quantidade de estúdios, fornecedores especializados e profissionais técnicos. Essa estrutura permite que os dois estados recebam produções simultâneas e projetos de maior porte. "Não acredito que Brasília precise reproduzir o modelo do Rio ou de São Paulo. Precisamos desenvolver nossas próprias vantagens competitivas, aproveitando nossa localização, diversidade de cenários, profissionais e capacidade de crescimento", afirma.

Aicon afirma estar investindo na ampliação de seu parque de iluminação cinematográfica, maquinaria, estúdios, logística e tecnologias de produção. A iniciativa busca oferecer às produtoras condições para executar projetos na capital sem a necessidade de transportar toda a estrutura técnica de outros estados.

Na sua avaliação, a estratégia de desenvolvimento do setor em Brasília não deve reproduzir os modelos de outros centros produtores. A cidade pode estruturar sua própria cadeia produtiva a partir da localização geográfica, da diversidade de cenários e da disponibilidade de profissionais. A ampliação dos serviços e equipamentos locais também contribui para manter uma parcela maior dos recursos das produções na economia do Distrito Federal.

Os mecanismos públicos de incentivo têm participação direta na manutenção da atividade audiovisual. No Distrito Federal, o Fundo de Apoio à Cultura (FAC) permite o desenvolvimento de projetos de realizadores independentes e iniciativas que nem sempre conseguem financiamento por meio do mercado privado.

"O FAC desempenha um papel especialmente importante no Distrito Federal, pois oferece oportunidades para novos realizadores, produtoras independentes e narrativas que dificilmente encontrariam financiamento apenas no mercado privado", completa.

De acordo com o diretor executivo, o fundo também contribui para ampliar a diversidade de produções e abrir espaço para novos profissionais. A Lei Rouanet, nas modalidades em que projetos audiovisuais são elegíveis, e outros instrumentos federais podem complementar as fontes de recursos disponíveis.

Aicon considera que o desafio está em articular os diferentes mecanismos e estabelecer uma política de financiamento com continuidade. Em 2026, iniciativas de financiamento foram realizadas, mas, segundo ele, é necessário transformar os investimentos em uma estrutura de longo prazo. O financiamento público, combinado à participação privada e à infraestrutura técnica, pode contribuir para a sustentabilidade das empresas e dos projetos.

Além do impacto econômico, a produção audiovisual tem participação na preservação da memória e na construção da identidade cultural. Em Brasília, as histórias registradas nas telas podem abordar experiências que ultrapassam a arquitetura da capital.

Pronto-socorro do Instituto Dante Pazzanese reabre após 14 meses de obras

Unidade recebeu R$ 22,2 milhões em investimentos e prevê 1.600 atendimentos mensais pelo SUS

DIVULGAÇÃO/AGÊNCIA SP



Novo pronto-socorro do Dante Pazzanese tem 38 leitos e capacidade prevista para realizar 1.600 atendimentos mensais.

Da **Redação**

O Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, localizado na Vila Mariana, zona sul da capital paulista, reabriu nesta terça-feira (10) seu pronto-socorro após cerca de 14 meses de obras. A unidade, entregue pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), conta com 38 leitos e sete consultórios. O governo estadual informou investimentos de R$ 22,2 milhões na reforma e em melhorias de outros setores do hospital.

A previsão é realizar aproximadamente 1.600 atendimentos mensais de urgência e emergência cardiológica, dos quais cerca de 400 deverão resultar em internação. A estrutura ocupa 1.700 metros quadrados e representa a maior intervenção realizada no instituto desde sua inauguração, em 1954.

As obras começaram em agosto de 2025, com prazo inicialmente estimado em 12 meses. Durante a reforma, o hospital manteve atendimento restrito a casos urgentes e pacientes encaminhados pela Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (Cross). As Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) da região também receberam orientações para atender a demanda.

Antes da intervenção, o pronto-socorro registrava três mil atendimentos mensais. Segundo dados divulgados pela Secretaria Estadual da Saúde em 2025, mais de 60% dos pacientes apresentavam condições classificadas como pouco urgentes ou não urgentes.

ESTRUTURA E INVESTIMENTOS

Dos 38 leitos, 20 são destinados à terapia intensiva, 12 à observação de adultos, três à observação pediátrica e outros três ao atendimento de emergência. O pronto-socorro também possui salas de triagem para classificação de risco, espaços para exames e ambientes individualizados na Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Segundo o governo paulista, R$ 12,6 milhões foram aplicados diretamente nas obras do pronto-socorro e aproximadamente R$ 3 milhões na aquisição de equipamentos médicos e materiais permanentes.

Outros R$ 6,6 milhões foram destinados a reformas na Farmácia Ambulatorial, no Núcleo de Qualidade e Governança Clínica, em setores administrativos e no ambulatório de angioplastia. Essas intervenções abrangeram 719 metros quadrados. A compra de mobiliário e equipamentos para esses espaços somou R$ 91,5 mil.

A reabertura integra um programa de modernização do instituto iniciado em 2025, com investimentos previstos de R$ 45 milhões. Em outubro daquele ano, foram entregues 42 leitos reformados, sendo dez de UTI e 32 de enfermaria. Na ocasião, o Estado destinou R$ 6,2 milhões às obras, enquanto a Fundação Adib Jatene investiu R$ 3,6 milhões na aquisição de equipamentos.

REFORMAS NÃO CONCLUÍDAS

Apesar da entrega do pronto-socorro, parte das intervenções no hospital permanece em andamento. O quarto e o quinto andares passam por reformas que incluem a modernização de 140 leitos de enfermaria, instalação de ar-condicionado e melhorias nas redes elétricas e hidráulicas. O governo também informou a conclusão de obras destinadas à prevenção de alagamentos nas instalações do instituto.

O Dante Pazzanese realiza, em média, mil internações, 18 mil consultas ambulatoriais, 12 mil exames de imagem e 900 procedimentos hemodinâmicos mensais, incluindo mais de 200 angioplastias. O hospital atende pacientes pelo SUS.

Governo de SP atualiza procedimentos para queima rural

Da **Redação**

O Governo de São Paulo atualizou as regras para autorização de queima controlada em atividades agrícolas. Normas definem órgãos, documentos e cuidados de segurança.

Pedidos para queima com finalidade agronômica ou de conservação do solo devem ser enviados à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). O produtor deve apresentar identificação, vínculo com o imóvel, CAR, mapa ou croqui, requerimento, Plano de Queima Controlada e laudo técnico com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Os documentos devem ser enviados à unidade regional da CATI responsável pelo município.

A Defesa Agropecuária analisa pedidos de queima fitossanitária, como a destinação de restos de citros erradicados por motivos sanitários e ações de controle de pragas. Os pedidos devem ser apresentados à unidade regional, com identificação, documentos do imóvel, CAR, mapa, justificativa, laudo e Plano de Queima Controlada.

Para citros, são exigidos relatório de Cancro Cítrico/Greening, quando aplicável, e comprovação do controle do psilídeo Diaphorina citri antes da erradicação.

Protocolo não autoriza a queima: é preciso aguardar a autorização e cumprir as condições aprovadas. Na queima de restos de citros, a Polícia Militar Ambiental e os vizinhos devem ser avisados com 48 horas de antecedência. Devem ser observados aceiros de pelo menos 10 metros, nas situações previstas em lei, equipes de vigilância e acompanhamento até a extinção do fogo.

A operação deve respeitar os avisos do Sigam/Semil e ser suspensa diante de clima desfavorável ou risco à população, ao ambiente, ao patrimônio ou à segurança viária. A queima da cana-de-açúcar para facilitar o corte continua sob competência da Cetesb. As autorizações não permitem supressão de vegetação nem afastam restrições.

FOTO: GOVERNO DE SP



As solicitações para uso do fogo com finalidade agronômica serão discutidas.

SP tem 12 das 20 rodovias mais bem avaliadas, aponta CNT

Levantamento avalia as condições da malha rodoviária brasileira

FOTO: GOVERNO DE SP



São Paulo reúne 12 dos 20 trechos rodoviários mais bem avaliados do país em 2026, segundo a CNT. Dez são concedidos e dois têm gestão pública.

Da **Redação**

São Paulo tem 12 trechos rodoviários entre os 20 mais bem avaliados do país na Pesquisa CNT de Rodovias 2026, divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). Todos receberam classificação Ótimo, a nota máxima do levantamento realizado. Dez rodovias estão sob concessão privada e duas são administradas pelo poder público. Em 2025, eram dez trechos paulistas entre os 20 primeiros colocados.

A Rodovia Raposo Tavares (SP-270), no trecho entre a Presidente Epitácio e Ourinhos, manteve a liderança nacional, com 272 quilômetros avaliados. A Rodovia Brigadeiro Faria Lima (SP-326), entre Barretos e Matão, subiu da 12ª para a quinta posição. Também aparecem entre as dez primeiras a Rodovia dos Bandeirantes (SP-348), em sétimo lugar, e a Comandante João Ribeiro de Barros (SP-225), na décima colocação.

A lista nacional inclui ainda a Euclides da Cunha, entre Rubinéia e Mirassol, em terceiro lugar. O trecho é administrado pelo poder público e avançou duas posições em relação ao levantamento anterior. Outros trechos paulistas no ranking são o Rodoanel, a Ayrton Senna/Carvalho Pinto, a Raposo Tavares entre São Paulo e Itapetininga, a Elyeser Montenegro Magalhães, a Cândido Portinari, a Washington Luís e a Governador Adhemar Pereira de Barros.

Entre os 20 trechos mais bem avaliados de São Paulo, 17 são concedidos à iniciativa privada e três estão sob gestão pública. Do total, 12 receberam classificação Ótimo e oito foram avaliados como Bom. Além dos trechos que integram o ranking nacional, a lista estadual inclui rodovias como Padre Manoel da Nóbrega/Rio-Santos, Carlos Tonanni/Julio Budiski, Armando de Salles Oliveira, Anhanguera, Marechal Rondon, Assis Chateaubriand e Castello Branco.

Entre os trechos classificados como Bom no ranking estadual estão a Padre Manoel da Nóbrega/Rio-Santos, entre Bertioga e Miracatu; a Carlos Tonanni/Julio Budiski, entre Sertãozinho e Florínea; a Armando de Salles Oliveira, entre Bebedouro e Ribeirão Preto; e a Anhanguera, entre Igarapava e São Paulo. Também integram a relação a Marechal Rondon, entre Castilho e Jundiaí; a Assis Chateaubriand, entre Parapuã e Presidente Prudente; a Castello Branco, entre Santa Cruz do Rio Pardo e São Paulo; e a Washington Luís, entre Ilha Solteira e Mirassol.

Os contratos de concessão estabelecem obrigações de investimento, conservação, operação e atendimento aos usuários, sob fiscalização do poder público. O Governo de São Paulo afirma que mantém a modernização da malha rodoviária entre as prioridades do programa de parcerias e investimentos.

Entre os projetos estão as concessões do Lote Litoral Paulista, Rota Sorocabana, Nova Raposo, Lote Paranapanema e Rota Mogiana, que somam cerca de R$ 36 bilhões em investimentos previstos ao longo dos contratos. As iniciativas incluem obras de ampliação de capacidade, melhorias de segurança viária e modernização da infraestrutura em diferentes regiões.

"Os resultados da CNT mostram a qualidade da infraestrutura rodoviária paulista e reforçam a importância de manter um programa contínuo de investimentos", afirmou Thiago Nunes, secretário executivo de Parcerias em Investimentos. Segundo ele, as novas concessões ampliam os compromissos de modernização, segurança e melhoria dos serviços.

A pesquisa realizada avalia rodovias concedidas e públicas e apresenta as condições dos trechos mais bem posicionados. Os contratos preveem investimentos e serviços acompanhados pelos órgãos estaduais e também logística no estado.

São Paulo inicia Travessias Litorâneas com R$ 2,5 bilhões

Da **Redação**

A concessionária Acquavias iniciou a operação das 14 Travessias Litorâneas de São Paulo, em regime de transição. Nos três primeiros meses, a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) acompanhará a empresa em operação assistida para garantir a continuidade dos serviços.

O contrato prevê R$ 2,5 bilhões em investimentos ao longo de 20 anos. O plano inclui 45 novas embarcações, mais de 40 elétricas, e a construção ou ampliação de 20 terminais, além de centros de controle, oficinas de manutenção e sistemas de automação e segurança.

O sistema atende a Baixada Santista, os litorais Norte e Sul, a Região Metropolitana de São Paulo e o Vale do Paraíba. Transporta 11 milhões de passageiros ao ano e 10 milhões de veículos.

Entre 2023 e 2026, o Estado destinou aproximadamente R$ 240 milhões à recuperação da frota e à melhoria dos terminais. Desse total, R$ 149,9 milhões foram aplicados na reforma de 23 embarcações e R$ 38,2 milhões na compra de motores e reversores.

Oito obras em terminais foram concluídas, com investimento de R$ 44,42 milhões. As intervenções incluíram reformas nas estações de Vicente de Carvalho, Praça da República e São Sebastião, construção de flutuantes em Vicente de Carvalho e Ariri e reforma dos atracadouros de São Sebastião e Ilhabela.

A disponibilidade média da frota analisada passou de 60,9% em 2024 para cerca de 80% em 2026. O percentual de embarques dentro do tempo de espera estabelecido pelos órgãos subiu de 79% em 2024 para 83% em 2025.

FOTO: SEMIL



A concessão abrange 14 travessias e contempla um plano de R$ 2,5 bilhões.

Entre as temporadas 2024/2025 e 2025/2026, a demanda cresceu 4,8%. Nos períodos de Natal e Ano-Novo, o tempo médio de espera caiu 2%. Em São Sebastião-Ilhabela, a demanda aumentou 7%, com média de 14,3 mil usuários por dia. Na semana do Carnaval, a espera foi 16% menor que em 2025.

Durante a operação assistida, as tarifas e as gratuidades atuais serão mantidas. A implantação de novos meios de pagamento começou na segunda (9), com oferta gradual de Pix e cartões de crédito e débito. Melhorias de acessibilidade, conectividade e conforto nos terminais também serão implementadas por etapas estabelecidas.

As primeiras novas embarcações estão previstas a partir do terceiro ano da concessão. A renovação da frota e a ampliação da capacidade e da frequência das viagens podem reduzir os intervalos entre partidas. A Agência de Transporte do Estado de São Paulo ficará responsável pela fiscalização do contrato.

CORREIO GRANDE SP

POR **LUIGI FREIRE (ESTAGIÁRIO)**

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE OSASCO



Osasco investiu 22,8% do orçamento do exercício de 2025

Osasco debate aptidão, feminicídio e equipamentos para saúde

Vereadores de Osasco abordaram saúde, violência contra a mulher, qualificação e demandas no Expediente da 65ª Sessão de 2026. Gabriel Saúde (Agir) comemorou entrega de tablets a agentes comunitários, que devem agilizar as tarefas. Lúcia da Saúde (Podemos) lamentou o feminicídio da advogada Anna Gabriela Lima, de 29 anos, e a morte do filho, Raphael, de 6. O empresário Eric Almeida foi preso suspeito dos crimes. A vereadora afirmou que a vítima relatava ofensas e medo do ex. Pedro Cantagessi (União Brasil) criticou boicotes a comércios por divergências políticas. Josias da Juco (PSD) defendeu centros de qualificação para jovens e cursos da Secretaria de Trabalho e Renda. Batista Comunidade (Avante) cobrou melhorias na Comunidade Nova Esperança, como coleta de lixo e pavimentação da principal rua. Segundo ele, caminhões têm dificuldade para acessar o bairro.

Diadema terá eleição e votação de projetos

A Câmara de Diadema vota, nesta quinta-feira (12), quatro projetos e elege a Mesa Diretora para o biênio 2027/2028. A pauta inclui a concessão da Medalha Legislativa "Tranças, Culturas e Ancestralidade" a nove mulheres e do título de Cidadão Diademense a Paulo Pinheiro da Silva. Também serão analisadas propostas sobre treinamento em primeiros socorros e instalação de cadeiras de evacuação em edificações públicas e privadas, para auxiliar pessoas em emergências em situações de incêndio e outros desastres.

DIVULGAÇÃO DA CÂMARA DE DIADEMA



Diadema discute quatro projetos em nova sessão realizada

São Caetano propõe veto à empregar condenados

O vereador Luis Galarraga (PL) apresentou indicação para que São Caetano do Sul estude proibir a contratação de pessoas condenadas por violência contra a mulher na gestão municipal. A restrição seria aplicada após decisão judicial transitada em julgado, respeitando o devido processo legal, a ampla defesa e a presunção de inocência. Para o parlamentar, a proposta busca estabelecer critérios para o ingresso no serviço público, com base nos princípios da moralidade, impessoalidade e interesse público.

Vereadores apresentam 146 emendas em Ferraz

Em 2027, os vereadores de Ferraz de Vasconcelos terão R$ 11,1 milhões em emendas impositivas. Cada parlamentar contará com R$ 656,4 mil, metade obrigatoriamente destinada à saúde. Entre os beneficiados estão o Serviço de Atendimento ao Autista e o Programa Saúde da Visão, do Lar Betânia. Segundo o presidente da Câmara, Mineiro (MDB), está prevista a distribuição de dois mil óculos, segundo ele.

Suzano

A Câmara de Suzano realizou audiência para prestação de contas da Secretaria de Esportes e Lazer, referente ao período de junho de 2025 a outubro de 2026. O secretário Arnaldo Júnior apresentou ações, projetos e parcerias da pasta. Durante a reunião, vereadores questionaram sobre a construção de banheiro na Arena Esportiva do Raffo.

São Bernardo do Campo

São Bernardo iniciou atendimentos oftalmológicos em parceria com o Ministério da Saúde. O programa já prevê mais de 4,7 mil procedimentos, entre consultas, exames e cirurgias. Nesta etapa, pacientes passam por avaliação para catarata no Ginásio Adib Moysés. As cirurgias serão feitas em carreta equipada a partir da próxima semana.

Mogi das Cruzes

A Câmara de Mogi aprovou dois projetos que dão nomes a espaços do Legislativo. O hall de entrada homenageará o ex-vereador Antonio Lino da Silva, que exerceu sete mandatos. Já o espaço para reuniões receberá o nome de Plenarinho Vereador Tarcísio Damásio da Silva, que cumpriu quatro mandatos, de 1969 a 2000, e morreu em 2020.

Santo André

A 55ª edição dos Jogos Escolares de Santo André reuniu 2,5 mil participações de estudantes de 30 escolas municipais, em 16 modalidades. Nesta segunda (9), a Secretaria de Educação promoveu encontro com atletas no Centro de Formação de Professores. Os convidados responderam a perguntas e participaram de sessão de autógrafos.

Arujá

A Procuradoria Especial da Mulher da Câmara de Arujá completa cinco anos nesta segunda (9). Criada em 2021, a unidade encaminha denúncias de violência e discriminação, oferece acolhimento e articula ações com a OAB, a Delegacia da Mulher, a Patrulha Maria da Penha e serviços municipais. Também promove campanhas e capacitações.

Carapicuíba

A Câmara de Carapicuíba aprovou requerimentos do presidente Ronaldo Souza (PSD) sobre segurança pública. Um cobra informações sobre a adequação das escolas ao programa Muralha Paulista. O outro questiona o andamento do projeto para instalação de uma Central de Monitoramento dos equipamentos de vigilância da Prefeitura.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE GUARULHOS



Textos seguem diferentes etapas de tramitação na Câmara Municipal

Câmara de Guarulhos aprova três projetos em segundo turno

Propostas tratam de cargos públicos, habitação, alfabetização e resíduos.

Da **Redação**

A Câmara de Guarulhos aprovou, em segunda discussão, três projetos de lei na sessão desta segunda (9). As propostas tratam de vagas para assistente de gestão pública, de alterações no programa Minha Casa, Minha Vida – Faixa 1, e da gestão de resíduos sólidos. Todas são de autoria da Prefeitura.

O PL 229/2026 altera a Lei nº 7.550/2017, que prevê vagas para assistente de gestão pública na administração direta. O PL 230/2026 modifica a Lei nº 7.150/2013, sobre moradias do Minha Casa, Minha Vida e concessão de isenções tributárias. Já o PL 231/2026 altera a Lei nº 7.479/2016, referente à criação do Conselho e do Fundo de Resíduos Sólidos.

Em primeiro turno, foram aprovados outros dois projetos do Executivo. O PL 236/2026 altera a Lei nº 7.550/2017 em relação ao cargo de professor de Educação Física. O PL 244/2026 institui a Política de Alfabetização e o Programa LEIA+ Guarulhos. As propostas ainda precisam passar por nova votação.

Na mesma segunda (9), a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento deu parecer favorável a dois projetos da Prefeitura. Participaram da reunião os vereadores Geleia Protetor (PSD) e Pastor Adalberto (Mobiliza).

O PL 246/2026 altera a Lei nº 7.550/2017 para permitir que a jornada dos biólogos passe de 30 para 40 horas semanais, com aumento salarial proporcional. O outro texto é o Substitutivo nº 1 ao PL 201/2026, que autoriza o Executivo a desafetar trecho de área pública destinada ao sistema viário para alienação, por licitação na modalidade leilão.

Pastor Adalberto afirmou que o substitutivo altera a modalidade da licitação e relacionou a proposta à permanência de uma empresa geradora de empregos na cidade. O parecer da comissão não representa aprovação definitiva.

No Grande Expediente, foram deliberados os sete itens da pauta. Entre eles, três projetos de autoria parlamentar: um prevê medidas de segurança para traves e equipamentos esportivos em espaços públicos; outro institui 5 de outubro como o Dia de São Benedito; e o terceiro cria o programa Guarulhos Compra Local, Gera Emprego. A reunião integrou a análise de propostas encaminhadas pelo Executivo ao Legislativo municipal.

Unicamp na COP31: chegou a hora de acelerar a transição energética

Após anos de conferências sobre metas, encontro na Turquia cobra resultados

Da **Redação**

UN CLIMATE CHANGE - KIARA WORTH



O secretário-geral da ONU, António Guterres, participa de uma mesa redonda com a comunidade jovem

Os combustíveis fósseis são os principais responsáveis pelas mudanças climáticas, respondendo por aproximadamente 85% das emissões globais de CO2. Com a elevação da temperatura acima de 1,5 °C agora inevitável, o afastamento dos combustíveis fósseis tornou-se urgente. Dados científicos e eventos extremos em todo o planeta mostram que cada ano de atraso na redução do uso dessas fontes de energia aumenta o risco de atingirmos um cenário de mudanças irreversíveis. Após anos de conferências do clima focadas na negociação de metas e acordos políticos para conter o aumento da temperatura, a COP-31, na Turquia, cobra resultados.

Isso já ficou claro na cerimônia de abertura da Conferência, realizada nesta segunda-feira (9), quando o embaixador brasileiro André Corrêa do Lago, que esteve à frente da COP-30, em Belém, e o ministro do Meio Ambiente, Urbanização e Mudanças Climáticas da Turquia, Murat Kurum, presidente da COP-31, refletiram sobre a necessidade de concentrar os esforços diplomáticos na transformação dos consensos estabelecidos nas cúpulas anteriores em planos nacionais práticos. Esse caminho deve ser guiado pelo diálogo e pela ciência.

Um dos apoiadores do processo internacional de construção de um roteiro global para a transição energética, iniciado após a COP-30, é o Painel Científico para a Transição Energética Global (SP-GET, na sigla em inglês), do qual faz parte o professor da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp Gilberto Jannuzzi. Durante a conferência, ele apresentou parte dos resultados do relatório de políticas públicas "Afastamento dos combustíveis fósseis em trajetórias de mitigação alinhadas ao Acordo de Paris".

O documento recomenda que os governos adotem políticas coordenadas e metas progressivas para reduzir rapidamente a produção e o consumo de combustíveis fósseis, com prioridade para o carvão e, em seguida, para o petróleo e o gás natural. Para isso, propõe acelerar a expansão das fontes renováveis, especialmente solar e eólica, ampliar a eletrificação dos transportes, da indústria e dos edifícios, investir em redes elétricas, armazenamento de energia e eficiência energética e desenvolver alternativas de baixo carbono para os setores de difícil eletrificação, como aviação, transporte marítimo e indústria química.

O texto também destaca a necessidade de reduzir subsídios e incentivos aos combustíveis fósseis, evitar novos investimentos em infraestrutura que prolonguem a dependência dessas fontes e fortalecer instrumentos de financiamento, cooperação internacional e políticas industriais. Por fim, ressalta que essa transição deve ser planejada de forma justa e adaptada às condições de cada país e região, prevendo proteção aos trabalhadores e às comunidades dependentes da cadeia de petróleo, gás e carvão, diversificação econômica e mecanismos de apoio financeiro aos países em desenvolvimento.

As informações são do Portal Unicamp

Prefeitura de Campinas abre inscrições para remanejamento de servidores

Da **Redação**

CARLOS BASSAN/ARQUIVO PMC



As inscrições devem ser feitas pelo portal SouServidor

Servidores da Prefeitura de Campinas que ocupam o cargo de Agente Administrativo ou funções equivalentes já podem se inscrever no remanejamento do Programa Gestão de Talentos. O prazo segue aberto até 15 de novembro e a participação deve ser feita exclusivamente pelo portal SouServidor.

A proposta do programa é valorizar os profissionais da administração municipal e permitir mudanças de local de trabalho sem prejuízo ao atendimento das equipes. Segundo a gestão do programa, a iniciativa também busca aproximar os servidores de atividades mais compatíveis com seus perfis, experiências e talentos.

Vagas disponíveis em três secretarias

Ao todo, são três vagas disponíveis para agente administrativo em diferentes áreas da Prefeitura. Uma delas é na Secretaria de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública, na Coordenadoria Administrativa, na Rua Afonso Pena, 1.380, Vila Nova São José, com horário das 8h48 às 17h.

As outras oportunidades estão na Secretaria de Comunicação, na Diretoria Administrativa, na Avenida Anchieta, 200, 3º andar, Centro, com jornada das 9h às 17h12, e na Secretaria de Cultura e Turismo, na Casa do Hip Hop, vinculada à Coordenadoria Departamental de Cidadania Cultural, na Rua Francisco Teodoro, 1.050, Vila Industrial, também com horário das 9h às 17h12.

Campinas vai discutir plano municipal sobre drogas

Da **Redação**

Moradores que convivem com o uso de álcool ou de outras drogas na família, ou que procuram ajuda para si mesmos, podem buscar atendimento gratuito na Coordenadoria de Políticas de Prevenção ao Uso de Drogas, na Avenida Campos Salles, 427, no Centro de Campinas. O telefone para contato é (19) 3733-7431.

A equipe orienta sobre os caminhos para tratamento e oferece acolhimento a quem precisa. Além do atendimento presencial, a coordenadoria mantém serviços de informação e encaminhamento para diferentes situações relacionadas ao uso de substâncias.

A coordenadoria faz parte do Programa Recomeço, lançado pelo governo estadual em 2013, durante o governo de Geraldo Alckmin, que encaminha pessoas para tratamento em comunidades terapêuticas sem custo para a família.

Além disso, o órgão leva palestras e rodas de conversa a escolas, empresas, igrejas e associações de bairro que solicitam as atividades. A proposta é ampliar a informação, reduzir riscos e estimular a participação da comunidade em ações de prevenção ao uso de drogas.

A primeira versão do documento será construída no seminário "Vozes e Ideias: Escuta Ativa e Propostas para o Plano Municipal de Políticas sobre Drogas", marcado para quarta-feira, 11 de novembro, das 8h às 17h, no auditório da Faculdade Sofia, na Rua Barreto Leme, 1552, Centro.

FERNANDA SUNEGA



O atendimento é gratuito, e o telefone é (19) 3733-7431

Municípios da RMC articulam ações contra impactos climáticos

Medidas incluem drenagem, alertas conjuntos e soluções naturais para as cidades

Da **Redação**

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA DE CAMPINAS



Encontro em Sumaré reuniu os prefeitos para discutir plano de prevenção e resposta a condições climáticos

Prefeitos da Região Metropolitana de Campinas (RMC) discutiram ações conjuntas para reduzir os impactos de eventos climáticos extremos. A proposta foi apresentada pelo prefeito de Campinas, Dário Saadi, na 254ª reunião do Conselho de Desenvolvimento da RMC, realizada na segunda-feira (9), em Sumaré. O colegiado definiu três frentes de trabalho: priorização de obras de drenagem, integração das Defesas Civis e adoção de soluções baseadas na natureza.

A primeira frente prevê identificar obras de drenagem prioritárias e buscar recursos para desenvolver e executar intervenções, como piscinões. A segunda é a criação de um comitê de crise entre as Defesas Civis municipais, para organizar alertas específicos da região e facilitar o apoio entre as equipes durante emergências. A terceira envolve soluções baseadas na natureza, apontadas como alternativa para reduzir os impactos de eventos climáticos.

A reunião ocorreu após fortes chuvas atingirem municípios da região. Além de Sumaré, onde foi realizado o encontro, Santa Bárbara d'Oeste, Hortolândia e Americana também foram citadas entre as cidades afetadas. Durante a reunião, o prefeito de Sumaré, Henrique do Paraíso, apresentou situações de risco e emergências registradas no município e destacou a importância de fortalecer a capacidade de resposta das cidades.

"Quando uma chuva forte atinge a região, seus efeitos podem chegar a vários municípios ao mesmo tempo. Por isso, precisamos planejar juntos onde investir para reduzir o risco de alagamentos e como as equipes de cada cidade podem se apoiar nas emergências", afirmou Dário. As demandas municipais serão encaminhadas à Câmara Temática, que dará continuidade à discussão.

O prefeito de Campinas também citou os dois piscinões em construção na cidade, que, segundo ele, ajudarão a reduzir alagamentos na região central.

Morungaba, que participou do encontro, informou que sua Defesa Civil iniciará uma campanha de orientação sobre os possíveis impactos do El Niño no período 26/27. A iniciativa abordará riscos de chuvas intensas, enchentes, alagamentos, deslizamentos, ventos fortes, temporais com raios e granizo, calor extremo e períodos de seca. O município afirma manter monitoramento meteorológico contínuo e orienta a população a acompanhar alertas oficiais, evitar áreas de risco durante tempestades e manter árvores e galhos podados. Em emergências, o órgão pode ser acionado pelo telefone 199.

O plano de contingência regional para enchentes esteve entre os temas centrais, com foco em medidas integradas de prevenção, mitigação e enfrentamento de inundações. A pauta da reunião também incluiu a atualização das obras do Hospital e a indicação de representantes do Conselho Estadual.

Cinco cidades da região apresentam plano de turismo em Campinas nesta quinta-feira (12)

Da **Redação**

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA DE AMERICANA



Encontro discute ações de integração e desenvolvimento turístico regional

O Plano Regional de Turismo da Região Turística Bem Viver, que reúne Americana, Campinas, Hortolândia, Santa Bárbara e Sumaré, será apresentado nesta quinta-feira (12), às 13h30, no Senac Campinas, no Centro. O documento reúne diagnóstico, diretrizes e ações para valorizar a identidade regional, fortalecer a governança e orientar o desenvolvimento integrado e sustentável do turismo.

A programação ainda inclui, às 16h30, a palestra "Sabores, Saberes e Territórios: o valor do produto local para o turismo", com Rogério Ruschel. O encontro é voltado a empreendedores, gestores públicos e profissionais do setor e discutirá como produtos locais, tradições e patrimônios culturais e naturais podem fortalecer a identidade dos destinos, gerar oportunidades e integrar a economia dos municípios.

A proposta é mostrar como as características e vocações de cada território contribuem para experiências turísticas autênticas e para o desenvolvimento regional. A apresentação do plano contará com representantes dos municípios participantes. Segundo o secretário de Cultura e Turismo de Americana, Vinicius Ghizini, a iniciativa busca transformar potencialidades locais em um projeto compartilhado.

As atividades fazem parte da Jornada Senac de Alimentação, Hospitalidade e Turismo 2026, realizada até dia 14 no Senac Campinas.

Cetesb abre concurso com 4 vagas para região de Campinas

Da **Redação**

A Cetesb abriu concurso público com 107 vagas em 12 polos regionais. Na região de Campinas, são quatro oportunidades: duas para analista ambiental, de nível superior, e duas para técnico administrativo, de nível médio. O edital foi publicado pelo Governo de São Paulo nesta terça-feira (10). As inscrições começam em 12 de novembro.

No total, são 84 vagas para nível superior e 23 para nível médio, distribuídas entre sete cargos. A maior parte é para analista ambiental (66), seguido de técnico administrativo (17), analista administrativo (10), técnico ambiental (6), analista de tecnologia da informação (4), advogado (2) e engenheiro civil (2). A Grande São Paulo reúne 72 vagas.

Os interessados podem se inscrever até 14 de dezembro, pelo site da Fundação Carlos Chagas (FCC), responsável pela seleção. As provas estão previstas para 21 de fevereiro de 2027 e serão aplicadas em dez cidades, incluindo Campinas. O edital informa salários, requisitos, jornada, taxas e etapas do concurso.

Os profissionais poderão atuar no licenciamento ambiental, na fiscalização de empreendimentos e no monitoramento da qualidade da água, do ar e do solo, além de áreas administrativas, jurídicas e de tecnologia da informação.

A seleção integra a recomposição das equipes, retomada em 2023 após doze anos sem concursos em âmbito estadual.

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP



Interessados devem se inscrever até 14 de dezembro

PAULO JOSÉ CUNHA

jornalista, professor e escritor

Vote em mim que eu anistio os golpistas. Inclusive o Jair.

A anistia aos golpistas do 8 de janeiro de 2023 virou moeda de troca na disputa pela presidência do Senado. Indiferentes a qualquer prurido de ordem moral e de respeito a uma tal de democracia, os postulantes ao comando da Câmara Alta não se enrubescem ao oferecer o perdão aos que atentaram contra a democracia para assim conquistar os votos na disputa. Um toma-lá-dá-cá escancarado. Assim, sem pudor algum.

O candidato do PL à presidência do Senado, Rogério Marinho, do Rio Grande do Norte, abriu descaradamente o jogo na reunião da bancada: "O Congresso Nacional vai nos dar condições de destravar a pauta e vamos permitir que o projeto de anistia seja apreciado". O mais curioso nisso tudo é a naturalidade com que um dos maiores crimes contra a democracia é anunciado e proclamado. Como se estivessem tratando do perdão a um ladrão que furtou três bananas na feira. Ora, conceder anistia a golpistas é compactuar com golpistas. E quem apoia golpistas, golpista é. É ou não é?

Impossível não se revoltar contra um intento dessa gravidade. Ninguém fala em garantir a democracia, em exigir dos eventuais anistiados o respeito futuro às instituições democráticas. Em lhes impor uma pena que os obrigue a defender e ensinar os princípios constitucionais que dão base ao funcionamento da democracia. Nada. É pura moeda de troca.

Fala-se da anistia como se fosse a coisa mais natural do mundo. Isso por dois fatores conjugados: a desinformação sobre a importância da democracia e a necessidade de unir forças – a qualquer custo – para garantir o assento naquela cadeira na mesa do Senado. Em qualquer outro país, um intento dessa gravidade moveria céus e terras. Por aqui, foi tão naturalizado que nem a imprensa nem se interessa em contextualizar a proposta. Virou moeda para um trivial toma-lá-dá-cá.

Diante disso, o respeito às normas de funcionamento da democracia virou fumaça. Só pra lembrar: Juscelino Kubitscheck anistiou os militares que participaram de uma tentativa de golpe de estado para destitui-lo do poder, inclusive sequestrando aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para bombardear o país. Pois em 1964 esses mesmos militares participaram do golpe vitorioso que deu origem à ditadura militar. Uma vez golpista, sempre golpista.

Agora vamos passar a página. Muitos os presos por se insurgir CONTRA o golpe de 64 obtiveram anistia. Anistia legítima, pois beneficiou quem lutou A FAVOR da democracia. Quadro radicalmente diferente da tentativa de anistia de agora, que beneficiaria exatamente os que intentaram um golpe... CONTRA a democracia! É sempre bom não misturar alhos com bugalhos.

Os anistiados de 64 estavam do lado certo do alambrado, enquanto os levantinos do 8 de janeiro estavam do lado contrário: pretendiam simplesmente a derrubada do alicerce democrático para permitir a permanência de Jair Bolsonaro no poder. Aliás, toda a encenação por trás da defesa de anistia aos arruaceiros do 8 de janeiro esconde um objetivo bem maior: a anistia ao arquiteto e maior beneficiário da tentativa de golpe, um certo Jair Bolsonaro, que está preso e condenado a 27 anos de cadeia justamente por arquitetar o levante.

Que envolvia até o assassinato de ministros como Alexandre de Moraes e de um presidente chamado Luiz Inácio da Silva, um certo Lula que acabou de vencer espetacularmente uma eleição. Pois é para Jair Bolsonaro a quem realmente se dirige o esforço pela anistia.

Democracia? Ah, a democracia que se dane. Importante é que se suspenda a punição a Jair e ele possa retornar ao proscênio do espetáculo. E as outras centenas de arruaceiros do 8 de janeiro? Esses são apenas figurantes desse filme. Mas servem como ótimo pretexto para esconder o objetivo maior: anistiar... Jair Bolsonaro.

FILIPE DENKI

Advogado especialista em Direito Empresarial e reestruturação empresarial

Recuperação judicial no agro cai 20,7% no segundo trimestre de 2026, mas gestão empresarial continua sendo um desafio

O agronegócio brasileiro registrou 448 pedidos de recuperação judicial entre abril e junho de 2026, uma redução de 20,7% em relação aos 565 registrados no mesmo período de 2025. Os dados são da Serasa Experian e apontam uma diminuição das solicitações de reestruturação financeira no setor. Apesar do recuo, o cenário evidencia a importância da organização empresarial, do planejamento financeiro e da adoção de estratégias para preservar a continuidade dos negócios.

A distribuição dos pedidos mostra que os desafios financeiros alcançam importantes polos do agronegócio nacional. Mato Grosso liderou o ranking estadual, com 107 solicitações, equivalentes a 23,9% do total. Goiás registrou 84 pedidos, correspondentes a 18,8%, enquanto São Paulo contabilizou 72, ou 16,1%.

A análise por perfil de solicitante também revela diferenças relevantes. Os produtores rurais pessoas físicas somaram 197 pedidos de recuperação judicial, uma queda de 10,5% na comparação anual. As empresas rurais registraram 160 solicitações, recuo de 34,2%, enquanto as empresas da cadeia do agronegócio contabilizaram 91 pedidos, redução de 10,8%.

Embora a diminuição seja um sinal relevante, a recuperação da saúde financeira das empresas não pode ser avaliada apenas pela variação dos pedidos de recuperação judicial. A sustentabilidade de um negócio depende de fatores como estrutura de custos, capacidade de geração de caixa, organização dos contratos, eficiência operacional e qualidade das decisões administrativas.

No agronegócio, esses elementos ganham importância adicional devido às particularidades do ciclo produtivo. As empresas precisam realizar investimentos antes de obter receitas, lidar com oscilações nos preços das commodities e administrar despesas relacionadas a insumos, logística, armazenamento e mão de obra. Quando o planejamento não acompanha essas variáveis, o desequilíbrio financeiro pode comprometer o funcionamento da operação.

A estruturação empresarial é uma ferramenta importante para enfrentar esse cenário. Ela envolve a análise da organização do negócio, a definição de responsabilidades, a revisão de processos, o controle financeiro e a construção de estratégias compatíveis com os objetivos da empresa. Mais do que organizar documentos ou estabelecer procedimentos internos, trata-se de criar condições para que as decisões sejam tomadas com base em informações confiáveis e em uma visão clara dos riscos.

Um dos principais pontos de atenção é a relação entre endividamento e capacidade operacional. A contratação de crédito pode financiar a expansão, ampliar a produção e viabilizar investimentos estratégicos. Entretanto, quando os compromissos assumidos não são compatíveis com a geração de caixa, a empresa pode enfrentar dificuldades para pagar fornecedores, cumprir obrigações financeiras e manter suas atividades.

Por isso, o diagnóstico empresarial precisa considerar não apenas o volume das dívidas, mas também as causas que levaram ao desequilíbrio. É necessário avaliar a rentabilidade das operações, identificar despesas que podem ser revistas, analisar contratos e verificar quais atividades efetivamente contribuem para os resultados. Essa visão permite distinguir dificuldades temporárias de problemas estruturais que exigem mudanças mais profundas.

Outro aspecto fundamental é a antecipação dos riscos. Empresas que acompanham regularmente seus indicadores financeiros conseguem identificar sinais de alerta, como redução das margens, aumento dos custos, atrasos nos recebimentos e dependência excessiva de empréstimos. Com essas informações, torna-se possível ajustar o planejamento, rever investimentos e negociar obrigações antes que a situação comprometa a continuidade do negócio.

Quando as dificuldades já estão instaladas, a reestruturação empresarial pode envolver diferentes medidas, como reorganização de processos, revisão de despesas, renegociação de dívidas e adequação do modelo de operação. A escolha das medidas depende das características de cada empresa e precisa considerar sua capacidade de gerar resultados após as mudanças. O objetivo é estabelecer uma estrutura financeiramente viável, e não apenas postergar compromissos.

A recuperação judicial também pode ser considerada por empresas que atendam aos requisitos legais e apresentem condições de buscar a reorganização de suas obrigações. O instrumento permite, em situações específicas, a negociação com credores por meio de um plano de recuperação. Contudo, sua utilização exige análise técnica, avaliação da viabilidade do negócio e compreensão dos efeitos jurídicos e financeiros envolvidos.

A decisão de recorrer à recuperação judicial não deve substituir o diagnóstico empresarial. Antes de adotar esse caminho, é importante compreender a composição do passivo, as causas do endividamento e as possibilidades de reorganização das atividades. Uma empresa pode enfrentar dificuldades financeiras e ainda apresentar operações viáveis, mas a continuidade depende de medidas concretas e de um planejamento compatível com sua realidade.

Os impactos das crises empresariais também se estendem para além das organizações. No agronegócio, fornecedores, trabalhadores, transportadores e outros parceiros dependem do funcionamento das empresas que integram a cadeia produtiva. Quando um negócio interrompe suas atividades ou reduz significativamente sua capacidade de operação, os efeitos podem alcançar diversos agentes econômicos.

A redução dos pedidos de recuperação judicial no segundo trimestre de 2026 representa uma mudança importante no indicador, mas não elimina a necessidade de fortalecer a gestão empresarial. O cenário reforça que a prevenção de crises depende de acompanhamento financeiro, organização operacional e decisões estratégicas tomadas com antecedência.

Em um setor marcado por riscos econômicos e particularidades produtivas, empresas que conhecem seus custos, monitoram seus resultados e mantêm uma estrutura de gestão organizada estão mais preparadas para enfrentar períodos de instabilidade. A estruturação empresarial, nesse contexto, deve ser compreendida como parte da estratégia de sustentabilidade do negócio, contribuindo para uma gestão mais eficiente e para a preservação da atividade econômica.

CORREIO POLÍTICO

POR **TALES FARIA**

MARCELO CAMARGO-AGÊNCIA BRASIL



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Petistas temem que esteja em curso um golpe da Faria Lima

Petistas de peso têm alertado o Palácio do Planalto para o que chamam de risco de estar sendo preparado um "golpe do mercado" contra o governo do presidente Lula, semelhante ao que teria ocorrido, na visão destes petistas, contra a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Até hoje o PT (e o próprio presidente Lula) classificam o impeachment de Dilma como uma golpe parlamentar com forte apoio da chamada Faria Lima.

O PT cobra de Lula que, na montagem de sua equipe ministerial, ele garanta uma blindagem dos partidos contra tentativas de iniciar um "terceiro turno" no Congresso, após os dois turnos da eleição. Para isso, Lula teria que escolher ministros dentro de acordos com as cúpulas parlamentares - especialmente da direita e do centrão - que tragam a quase totalidade de votos de suas bancadas para os projetos do governo.

Base parlamentar é montada agora

Dilma tomou posse em janeiro de 2015 sem amarar sua base parlamentar. Sofreu impeachment em 31 de agosto de 2016. Os ecomistas apontaram uma "crise de confiança" do mercado na sua gestão que levou o país à recessão com quedas consecutivas do Produto Interno Bruto (PIB), de 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016, inflação de dois dígitos e alta expressiva do desemprego com a consequente perda de apoio da opinião pública. Sua base parlamentar era absolutamente descompromissada com o governo.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Dilma Rousseff durante seu julgamento no Senado

"A Faria Lima é que produziu instabilidade"

Um cacique do PT chama atenção para o fato de que os pontas-de-lança do mercado financeiro apostaram na vitória de Flávio Bolsonaro elevando exageradamente ações na Bolsa de Valores para depois despencarem com a eleição de Lula. Segundo a Bloomberg Línea, o banqueiro André Esteves, do BTG Pactual, registrou uma perda de US$ 4,4 bilhões em seu patrimônio após a vitória de Lula. O fundador da Nubank, David Vélez, perdeu US$ 2,6 bilhões, e os irmãos Pedro e Fernando Moreira Salles, do Itaú, perderam US$ 2 bilhões.

"Nem Cristina Kirchner, nem Margareth Thatcher"

"Tivemos uma alta como se tivéssemos eleito Margaret Thatcher, e depois houve uma grande correção, como se tivéssemos eleito Cristina Kirchner", declarou André Esteves à imprensa. Ele admitiu que "provavelmente nada disso é verdade". Afinal, o país não teve a chance de eleger uma Thatcher, nem tem uma Kirchner no comando. O próprio Lula tem pedido que evitem compará-lo com qualquer um.

Dia ruim no mercado

Um clima bem ruim no mercado nesta terça-feira. O Ibovespa fechou com baixa de 0,52%, aos 171.336,99 pontos, uma perda de 899,06 pontos. A mínima do dia foi de 170.569,00 pontos. O real, então, saiu-se pior ainda: viu o dólar comercial disparar 1,48%, a R$ 5,586; enquanto os DIs (juros futuros) subiram por toda a curva.

Galípolo joga lenha

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, jogou gasolina na fogueira. Disse em evento na Associação Brasileira de Câmbio (Abracam) que a percepção de risco dos investidores não se deve apenas à capacidade de o país avançar em reformas e estabelecer normas, mas também à confiança [ou desconfiança] na economia brasileira.

Galípolo vs. Lara Resende

Galípolo, afirmou que problemas complexos exigem múltiplas frentes e recomendou: "Toda vez que tiver um problema complexo, que tem aí há muitos anos, e alguém apresentar para vocês uma solução simples, desconfie." Foi uma estocada em André Lara Resende que está propondo um choque de baixa na Taxa Selic, como solução para os juros.

Galípolo já elogiou

Circula nas redes sociais um vídeo de encontro de uma resenha de Gabriel Galípolo, com o jornalista Luiz Nascif e o economista André Lara ResendeLara Resende. O atual presidente do BC cobria de elogios o professor e o plano de choque de queda na taxa Selic. Nessa época Lula o considerava o menino de ouro de sua equipe econômica.

Contrário ao mercado

Para desespero do mercado, na comitiva da viagem de Lula à Turquia e às Filipinas, está o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante. A aposta de dez entre dez economistas é que Mercadante está ao pé do ouvido do presidente convencendo-o a fazer o oposto do que quer o mercado.

Flávio Dino também contra

Em nova audiência no Supremo Tribunal Federal, o ministro flávio Dino deixou transparecer que, se depender dele, não haverá qualquer adiamento na entrada em vigor do fim da escala 6x1 de trabalho. O máximo que ele deve conceder é a flexibilização de jornadas, mas mantendo as 40 horas semanais. E não há grandes esperanças no plenário.

REPRODUÇÃO REDES SOCIAIS



Nikolas Ferreira e Lucas Pavanato foram exemplos de "puxadores de votos"

Distrital misto fica sem apoio de membros do centrão, e esfria

Caciques já buscam outra fórmula para evitar os 'puxadores de votos'

Por **Gabriela Gallo**

Lideranças de partidos do Centrão na Câmara dos Deputados comunicaram ao presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), que não há maioria nas bancadas para aprovar a proposta que institui o sistema de votação distrital misto.

Na semana passada, o relator da matéria, deputado Domingos Neto (PSD-CE), previa que a votação ocorresse ainda em novembro. Diante da baixa adesão à proposta que altera o sistema de eleição de deputados federais e estaduais, os caciques do centrão defendem a apresentação de um novo texto para modificar o modelo eleitoral.

Nesta terça-feira (10), Motta se reuniu com líderes para definir a pauta de votações da semana. Mas ele deixou o local sem falarcomo ficará a tramitação da proposta.

O objetivo dos líderes é reduzir a influência dos chamados "puxadores de votos", expressão utilizada para designar candidatos que recebem uma quantidade expressiva de votos e, em razão do sistema proporcional, contribuem para a eleição de candidatos com poucos votos.

Atualmente, a quantidade de votos recebida por uma legenda influencia o número de cadeiras conquistadas. As vagas são distribuídas entre os candidatos do partido que atendem aos critérios mínimos de votação nominal.

Um exemplo são os deputados federais Nikolas Ferreira (PL-MG) e Lucas Pavanato (PL-SP), eleitos com mais de três milhões de votos cada. A votação obtida pelos parlamentares contribuiu para ampliar o número de cadeiras conquistadas pelo PL na Câmara dos Deputados. O partido possui a maior bancada da Casa, com 121 deputados federais eleitos.

Diante da resistência de parlamentares, uma das possibilidades é que o relator apresente alterações no texto. Entre as alternativas estão o aumento do número mínimo de votos exigido, mesmo no sistema proporcional, ou que os candidatos mais votados garantam apenas a própria vaga, sem contribuir para a eleição de outros integrantes da legenda.

O modelo inicial previa a divisão dos estados em distritos eleitorais. Nesse formato, o candidato mais votado em cada distrito teria uma vaga garantida, enquanto as demais cadeiras seriam preenchidas por meio de listas partidárias.

JORNAL DE TURISMO

POR **SÉRGIO NERY**

DIVULGAÇÃO/FESTURIS



Marta Rossi e Eduardo Zorzanello na montagem dos estandes

Festuris abre nesta quinta-feira e mira R$ 600 milhões em negócios

Gramado, na Serra Gaúcha, recebe de 12 a 15 de novembro a 38ª edição do Festuris, a Feira Internacional de Turismo, no Serra Park. Na semana anterior ao evento, a organização já contabilizava 834 compradores confirmados, 16% a mais que os 720 de 2025. São 650 brasileiros, dos 26 estados e do Distrito Federal, e 184 estrangeiros. Cada comprador tem uma agenda de pelo menos 18 reuniões com expositores. A organização do evento espera repetir o público de 17 mil profissionais, reunir mais de 2,5 mil marcas e superar R$ 600 milhões em negócios, diante dos R$ 552 milhões da edição passada. O impacto previsto da tradicional feira para a economia de Gramado e entorno passa de R$ 100 milhões. Nas manhãs de 13 e 14, o Meeting Festuris terá debates sobre inteligência artificial, inclusão e hospitalidade. No espaço de luxo, o Japão estreia e Dubai volta à programação do evento.

ABIH celebra 90 anos no Copacabana Palace

A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional) celebrou 90 anos na segunda-feira (9), Dia do Hoteleiro, no Golden Room do Copacabana Palace. Fundada no Rio em 1936, a entidade representa a hotelaria em todo o país e recebeu dirigentes estaduais e ex-presidentes. O presidente Sérgio Gaspar defendeu a mobilização da hotelaria nas discussões sobre a reforma tributária e a jornada de trabalho. “Nosso objetivo é fazer da ABIH uma entidade cada vez mais importante para o turismo brasileiro”, disse.

WILLIAM THOMPSON JUNIOR



Gustavo Feliciano e Kátia Bitencourt durante evento da ABIH

Troféu Manoel Linhares tem estreia no Copa

O primeiro Troféu Manoel Linhares foi entregue pelo presidente Sérgio Gaspar ao empresário cearense que dá nome à premiação. Conhecido como “Baixinho do Turismo”, Linhares presidiu a ABIH Nacional por quatro mandatos, de 2018 a 2025. A estreia do prêmio teve 16 homenageados indicados por representações da entidade em 14 estados e no Distrito Federal. A solenidade também distinguiu oito ex-presidentes da associação nacional. O ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, esteve entre os homenageados da noite de festa.

Hotelaria: um elo com o mundo

Para Kátia Bitencourt, coordenadora de Assuntos Estratégicos da Embratur, a parceria com a ABIH aproxima a promoção internacional do Brasil de quem recebe os visitantes. “É a qualidade da experiência que oferecemos que faz o turista ficar, conhecer destinos e voltar”, afirmou. Kátia ressaltou o papel de hotéis e pousadas na geração de empregos. A agência estima cerca de 32 mil meios de hospedagem no país.

Paraíba

A Paraíba será o primeiro estado brasileiro a ocupar o posto de Destino Convidado de Honra do Festuris, reservado em edições anteriores a destinos internacionais. A escolha dá ao estado uma vitrine diante de agentes de viagens e operadoras, que decidem quais roteiros e produtos passam a integrar os catálogos de venda ao público.

Na condução

Marta Rossi e o CEO do Festuris, Eduardo Zorzanello, ajudaram a levar uma feira de origem regional à escala internacional. Marta está ligada à consolidação do encontro ao longo de décadas. Zorzanello atua na expansão comercial da feira. O trabalho da dupla fez de Gramado um ponto de encontro entre destinos, operadoras e compradores.

Emprego

O turismo nacional fechou setembro com 2,44 milhões de empregos formais, o maior patamar para o mês desde 2023, segundo o MTur. O total cresceu 2,4% em relação a setembro de 2025. As admissões superaram os desligamentos em 10,3 mil postos de trabalho. De janeiro a setembro, o saldo ficou positivo em cerca de 45 mil postos.

Abav em Londres

A ABAV Nacional participou da WTM Londres com pontos de atendimento no estande da Embratur e no espaço da capital paulista. A entidade também integrou a programação do Discover São Paulo, iniciativa de promoção do destino, e usou a feira para prospectar visitantes e expositores estrangeiros para as próximas edições da ABAV Expo.

Fiscalização

O Ministério do Turismo está descentralizando a fiscalização do setor. Por meio de acordos, estados e municípios passam a vistoriar empresas de turismo e orientar os prestadores sobre o Cadastur, com apoio técnico federal. Paraty (RJ) e São Roque (SP) aderiram ao modelo, assim como o Rio Grande do Norte, primeiro estado da rede.

Quem recebe

No Dia do Hoteleiro, vale olhar para quem abre as portas todos os dias. Quem recebe de madrugada, prepara o quarto ou põe o café na mesa ajuda a definir a lembrança que o viajante leva de um destino. E é ali que o turismo vira emprego para quem mora na cidade e renda para quem fornece o pão, a roupa de cama e tantos outros serviços.

FRAN PARENTE



Edifício Piscina volta a operar com cerca de 70 suítes com varanda

Copacabana Palace reabre o Edifício Piscina no Rio de Janeiro

Espaço é reaberto após 19 meses de obra com 68 suítes e um novo bar

Da **Redação**

Quase oito décadas depois de ser construído para receber hóspedes que passavam a temporada no Rio, o Edifício Piscina do Copacabana Palace voltou a receber visitantes neste mês de novembro. Foram 19 meses de reforma no prédio de 1948, que reabriu com 68 suítes. Segundo a Belmond, as diárias partem de cerca de R$ 6,5 mil, mais taxas.

Todas as suítes têm varanda privativa e a maioria dá para a piscina e para a Praia de Copacabana, com acomodações para até cinco pessoas. Uma das categorias de dois quartos tem 165 metros quadrados. No 11º andar, a cobertura Carioca Suite tem vista para o Cristo Redentor e o Pão de Açúcar. Com a reabertura, o hotel soma 208 quartos.

O prédio em art déco, projetado por Wladimir Alves de Souza, faz parte de um conjunto que começou a tomar forma em 1923, quando o Copa abriu na Avenida Atlântica. A fachada do edifício principal foi desenhada pelo arquiteto francês Joseph Gire. Na reforma, o arquiteto Ivan Rezende levou às suítes móveis de Sergio Rodrigues e xilogravuras de Ciro Fernandes. A Amazônia aparece na marchetaria do artesão acreano Maqueson Pereira da Silva, que usa madeira reaproveitada de leitos de rios. O traçado do Juruá no Acre, visto do alto, inspirou os tapetes.

A próxima abertura está marcada para domingo (15), quando o primeiro spa da Dior na América Latina começa a funcionar. São seis salas de tratamento dentro de um complexo de cinco andares que também reúne academia, estúdio de pilates, saunas e até um espaço para jiu-jítsu. A presença da grife francesa no hotel tem um precedente. Em 1961, o estilista Marc Bohan apresentou uma coleção de alta-costura nos jardins do Copa.

À mesa, a novidade é o Lumio, do chef napolitano Nello Cassese, que comandava o Cipriani. A cozinha segue italiana, com um único menu degustação e serviço para 38 pessoas por noite. A piscina, onde já nadou a princesa Diana, ganhou um desenho de curvas no fundo. Ao lado, o novo Bar do Copa tem um balcão de quase dez metros e serve drinques à base de cachaça, da caipirinha ao rabo de galo. A reforma também abriu espaço para uma loja de criações brasileiras, com peças variadas de moda, decoração e artesanato.

CORREIO JURÍDICO

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Liminar atende a pedido de associação de empresas de benefícios

Justiça suspende parte das regras para vales Alimentação e Refeição

A Justiça Federal do Distrito Federal suspendeu, em caráter liminar, parte das novas regras do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que ampliavam a aceitação dos cartões de vale-refeição (VR) e vale-alimentação (VA). A decisão, tomada na segunda-feira (9), atende a ação da Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT). Foram suspensas, para as empresas associadas, exigências como a abertura dos sistemas de pagamento, o limite de 3,6% nas taxas cobradas dos estabelecimentos e o prazo máximo de 15 dias para repasse das vendas. O juiz Frederico Botelho de Barros Viana entendeu que o governo extrapolou sua competência ao criar obrigações não previstas na legislação. A regra que permite o uso de cartões de diferentes operadoras nas mesmas maquininhas, porém, continua em vigor. A liminar é provisória e a União poderá recorrer.

Emprego para egressos do sistema prisional

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) busca ampliar o acesso ao trabalho remunerado para pessoas que passaram pelo sistema prisional, como estratégia de reinserção social. O programa Pena Justa Emprega aproxima empresas e entidades de qualificação profissional. Segundo dados do Sisdepen, 22 mil vagas foram criadas em 2025, primeiro ano do plano. A iniciativa prevê parcerias para ampliar contratações. O CNJ aponta que 45% dos presos que trabalham não recebem qualquer remuneração.

LUIZ SILVEIRA/AGÊNCIA CNJ



Programa busca ampliar oportunidades de trabalho e qualificação

Conciliações de idosos movimentam R$ 38 milhões

A Justiça do Trabalho movimentou R$ 38 milhões em acordos durante a campanha "Em Pauta a Melhor Idade", voltada à conciliação de processos envolvendo pessoas com mais de 60 anos. A iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST) ocorreu entre 5 e 9 de outubro e buscou agilizar a solução de ações trabalhistas envolvendo idosos. A campanha também reforça a importância dos métodos consensuais para reduzir conflitos, evitar longas disputas judiciais e garantir maior celeridade na prestação jurisdicional.

CNJ autoriza procurações assinadas pelo gov.br

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu que procurações e documentos apresentados em processos judiciais podem ser assinados pela plataforma gov.br. A medida admite assinaturas de contas dos níveis prata e ouro, desde que validadas pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). O Conselho também reconheceu a validade de procurações manuscritas digitalizadas, sem exigência automática de reconhecimento de firma.

Combate à facções

O procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Antonio José Campos Moreira, defendeu a atuação conjunta de órgãos públicos no combate às organizações criminosas. Durante encontro da ENCCLA, ele destacou a necessidade de compartilhar informações, fortalecer investigações patrimoniais e combater a lavagem de dinheiro.

Violência contra mulheres

O Conselho Nacional de Justiça aprovou recomendação para orientar magistrados a identificar e combater a violência processual contra mulheres. A prática ocorre quando processos judiciais são utilizados como instrumentos de intimidação, perseguição ou retaliação, prolongando situações de violência mesmo após denúncias e medidas protetivas.

Personalidade dos réus

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a relevância de discussão sobre a necessidade de laudo técnico para avaliar negativamente a personalidade de réus na dosimetria da pena. O Tema de Relevância 1.481 poderá uniformizar a interpretação do artigo 59 do Código Penal e orientar decisões judiciais em todo o país, nas diferentes instâncias.

Créditos na falência

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu critérios para pagamento de créditos de trabalhadores de empresas que faliram após passar por recuperação judicial. A decisão estabelece que valores salariais dos três meses anteriores à falência, limitados a cinco salários mínimos, têm prioridade extraconcursal. Os demais créditos trabalhistas seguem regras próprias.

Adoções pelo A.dot SNA

O aplicativo A.dot SNA viabilizou 304 adoções nos seis primeiros meses de sua nacionalização. A ferramenta conecta crianças e adolescentes aptos à adoção a pretendentes habilitados, ampliando as possibilidades de busca ativa e contribuindo para garantir o direito à convivência familiar. Ao todo, 2.130 adoções foram realizadas por meio dessa estratégia no país.

Programa Justiça 4.0

O Programa Justiça 4.0 disponibilizou três novos vídeos para orientar usuários sobre o funcionamento da Remessa Digital e o peticionamento pela plataforma Jus.br. Os materiais explicam procedimentos para utilizar os serviços digitais, incluindo o envio de ofícios e cartas precatórias, e podem ser acessados nos canais do Conselho Nacional de Justiça.

RAFAEL LUZ/STJ



Ministro Salomão comunicou à AGU a desistência do pedido de verba

Justiça Federal desiste de pedir R$ 208,9 mi para penduricalhos

Recuo foi comunicado pelo presidente do CJF à AGU após novos aportes

Da **Redação**

O Conselho da Justiça Federal (CJF) desistiu de solicitar R$ 208,9 milhões em crédito extraordinário para custear verbas indenizatórias destinadas a magistrados, conhecidas como "penduricalhos". A decisão foi comunicada na terça-feira (10) pelo presidente do órgão, ministro Luis Felipe Salomão, em ofício enviado ao advogado-geral da União, Jorge Messias. Salomão pediu que a Advocacia-Geral da União (AGU) informe aos ministros relatores de ações no Supremo Tribunal Federal (STF) que a Justiça Federal não necessita mais dos recursos.

Segundo o ministro, após o pedido original, houve ingresso de novas receitas e adequações no orçamento, relacionadas a empenhos e despesas previstas que não foram executadas. A reavaliação das contas fez cessar a necessidade de suplementação financeira. A desistência, porém, diz respeito somente à parcela solicitada pelo CJF. Até a divulgação da decisão, não havia informação de que o Ministério Público da União (MPU) também tivesse retirado o pedido de R$ 324 milhões.

A mudança ocorre um dia após vir a público que o Judiciário e o MPU precisariam de R$ 532,9 milhões extras para cumprir pagamentos autorizados pelo STF e não previstos no Orçamento de 2026. Do total, R$ 208,9 milhões caberiam à Justiça Federal e R$ 324 milhões ao Ministério Público. Diante da insuficiência de recursos, a AGU havia acionado o Supremo, em 6 de novembro, para pedir orientação sobre como cumprir as decisões.

As despesas estão relacionadas a regras definidas pelo STF para o pagamento de verbas adicionais a magistrados e integrantes do Ministério Público. Entre elas está a Parcela de Valorização por Tempo de Antiguidade na Carreira (PVTAC), conhecida como quinquênio, que prevê acréscimo de 5% ao subsídio a cada cinco anos de serviço, limitado a 35%.

Os penduricalhos incluem indenizações, gratificações e auxílios pagos além da remuneração básica. Em março, o Supremo estabeleceu limites para essas parcelas e manteve o adicional por tempo de serviço. A desistência do crédito extra não representa cancelamento dos benefícios autorizados pela Corte, mas apenas a retirada da necessidade de recursos adicionais pelo CJF.